



ÁGORA

Suplemento n.º 6
2022

Diálogos Luso-Sefarditas

António Manuel Lopes Andrade
Saul António Gomes
Maria de Fátima Reis (Coords.)



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

Diálogos Luso-Sefarditas

A comunidade judaica tem uma presença significativa na Península Ibérica (*Sefarad*) desde tempos muito recuados, anterior à formação dos reinos ibéricos. Ao longo dos séculos, manteve uma relação estreita e dialogante com a maioria/minoria católica e muçulmana, repleta de momentos de diálogo frutuoso e de colaboração mútua, mas também de intolerância.

É precisamente a história fascinante da comunidade judaica e portuguesa, umas vezes cortejada e protegida, outras repudiada e perseguida, que ora trazemos a público pela mão de investigadores oriundos de instituições nacionais e estrangeiras, contribuindo para dar corpo e forma aos diálogos luso-sefarditas nas suas diversas materializações. Este volume decorre das palestras apresentadas no II Colóquio Internacional “Diálogos Luso-Sefarditas”, realizado no Museu de Aveiro / Santa Joana, em Dezembro de 2019.

TÍTULO
DIÁLOGOS LUSO-SEFARDITAS

COORDENAÇÃO

António M. L. Andrade, Saul A. Gomes & Maria de Fátima Reis

EDIÇÃO

UA Editora – Universidade de Aveiro

Email: editora@ua.pt

URL: <http://www.ua.pt/editora/>

CONCEÇÃO GRÁFICA E DESIGN DA CAPA

Meiokilo Design Studio

IMAGEM DA CAPA

Recriação do rosto da Bíblia de Ferrara, 1553

EXECUÇÃO GRÁFICA

Graficamares, L.da – Amares

REVISÃO DE TEXTO

Leonor Furtado

ISBN

978-972-789-755-1

ISBN DIGITAL

978-972-789-756-8

DOI

<https://doi.org/10.48528/d9rp-7a51>

DEPÓSITO LEGAL

499672/22

TIRAGEM

400 Exemplares

Diálogos Luso-Sefarditas

António Manuel Lopes Andrade

Saul António Gomes

Maria de Fátima Reis (Coords.)

Aveiro | 2022

UA Editora - Universidade de Aveiro

COMISSÃO CIENTÍFICA

Anthony Barker

Bruno Feitler

Claude Stuczynski

François Soyer

Irene Vaquinhas

João Manuel Nunes Torrão

Maria Cristina Pimentel

Maria Helena da Cruz Coelho

OBRA PUBLICADA COM A COORDENAÇÃO DE

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste da Universidade de Lisboa



cllc

universidade de aveiro

centro de línguas, literaturas e culturas



LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com a referência UIDB/04188/2020.

ÍNDICE

- 7 Diálogos Luso-Sefarditas: um projecto que se transformou em livro
António M. L. Andrade, Saul António Gomes e Maria de Fátima Reis
- 13 Denúncia, perseguição e dispersão de cristãos-novos de Santarém
entre a União Ibérica e a Restauração
Maria de Fátima Reis
- 33 A Inquisição de Goa e o delito de judaísmo (1561-1732)
Miguel Rodrigues Lourenço
- 73 Os prefácios do tratado de ginecologia de Rodrigo de Castro Lusitano
Cristina Santos Pinheiro
- 107 Amato Lusitano, Garcia Lopes e as propriedades terapêuticas da romã
Emília M. Rocha de Oliveira
- 133 Cristãos-novos nas Minas Gerais: colonização, religiosidade e trajetórias
sefarditas na América portuguesa durante o ciclo do ouro
Angelo Adriano Faria de Assis
- 163 New Christian Memory in Dispute: the Disputed Fonseca Inheritance
Between Rome, Coimbra and Lamego
James W. Nelson Novoa
- 205 Curia na rota dos refugiados da Segunda Guerra Mundial:
o caso da família Stadler (1940)
Carolina Henriques Pereira
- 229 Língua, Pertença e Identidade na Diáspora Sefardita Portuguesa:
um estudo exploratório
Anabela Fernandes
- 251 Pátria recordada. Uma leitura sobre memórias familiares
de judeus sefarditas da América do Norte
Carla Vieira
- 287 Negocios de *crístãos-novos* en Sevilla a finales del reinado de Carlos I.
El caso de Blas Reynel, 1548-1555
Manuel F. Fernández Chaves
- 327 Entre a tolerância e a exclusão: o real e o imaginário da herança judaica
na paróquia de Leomil
Jaime Ricardo Gouveia
- 367 "Presos pelo Santo Ofício". O destino dos bens de cristãos-novos
da comunidade de Leiria
Saul António Gomes

JAMES W.
NELSON NOVOA

*(Department of Modern Languages and Literatures/Medieval and
Renaissance Studies, University of Ottawa, Canadá)*

New Christian Memory in Dispute: the Disputed Fonseca
Inheritance Between Rome, Coimbra and Lamego

*Memória cristã-nova em disputa: a disputada herança dos Fonseca entre
Roma, Coimbra e Lamego*

New Christian Memory in Dispute: the Disputed Fonseca Inheritance Between Rome, Coimbra and Lamego

Memória cristã-nova em disputa:
a disputada herança dos Fonseca entre Roma, Coimbra e Lamego

JAMES W. NELSON NOVOA¹

*(Department of Modern Languages and Literatures/Medieval and Renaissance Studies,
University of Ottawa, Canadá)*

Abstract: The article presents the case of the inheritance of the New Christian merchant banker António da Fonseca a longtime resident of Rome and the dispute which ensued after his death in 1588 regarding a provision in his will between his son Manuel and the designated executor António Pinto, Portugal's chief diplomat, also of New Christian origin. While António da Fonseca had established that money was to be distributed to the Misericórdia of Lamego, his place of origin, to tend to the city's Old and New Christian destitute, António Pinto's nephew and heir Francisco Vaz Pinto altered the provision to create a college at the University of Coimbra which would allow members of the Fonseca and Pinto family to study at the university while imposing the kinds of blood purity statutes which existed in most colleges at the university at that time. The legal dispute between Manuel da Fonseca and Francisco Vaz Pinto which became an affair of state at the Habsburg and Roman courts was, in essence a dispute about how the New Christian memory of the families was to be negotiated and lived in Portugal and abroad.

Keywords: New Christian; Rome; Coimbra; Memory.

Resumo: O artigo apresenta o caso da herança do mercador-banqueiro cristão-novo António da Fonseca, residente de longa data em Roma, e a disputa subsequente à sua morte, em 1588, a respeito de uma disposição do seu testamento entre o filho Manuel da Fonseca e o testamenteiro designado, António Pinto, diplomata-chefe de Portugal na Cidade Eterna, também de origem cristã-nova. Enquanto António da Fonseca tinha estabelecido que o dinheiro devia ser distribuído à Misericórdia de Lamego, a sua terra de origem, para atender aos desamparados cristãos-velhos e novos da cidade, o sobrinho

¹ jwnovoa@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-2038-741X>.



de António Pinto e herdeiro, Francisco Vaz Pinto, alterou a disposição para poder criar um colégio na Universidade de Coimbra, que permitisse aos membros da família Fonseca e Pinto estudar na universidade, ao mesmo tempo que impunha estatutos de pureza de sangue existentes na maioria dos colégios da universidade naquela época. O litígio entre Manuel da Fonseca e Francisco Vaz Pinto, que se tornou questão de estado nas cortes dos Habsburgos e de Roma, foi, no essencial, uma disputa sobre como a memória cristã-nova das famílias devia ser negociada e vivida em Portugal e no estrangeiro.

Palavras-chave: Cristão-novo; Roma; Coimbra; Memória.

On 14 February 1588 António da Fonseca (1515-1588) one of Rome's most prominent merchant bankers died at his home in the parish of San Biagio della Fossa. After his death a dispute which ensued regarding one of the terms of his inheritance aimed at preserving his memory and that of his New Christian origins in Portugal pitted his legally designated heir and his son. The controversy, which dragged on for several years and which involved Rome and the Portuguese court at the highest levels, though of interest in its own right, is also a telling example of how two different projects for the perpetuation of New Christian memory played out. It had as its protagonists individuals who were seasoned residents of Rome and who had clearly seen in the Eternal City a means of legitimizing their families and family memory there and in Portugal itself. The episode, which involved these prominent New Christian individuals, demonstrates up to what point posterity and the desire to be remembered played into the strategies of these descendants of Jews whom, potentially discriminated against and excluded from Portuguese society on account of their family origins, left Portugal either with a view to remaining away or with a desire to return.

Fonseca was one of several prominent Iberian bankers who had privileged dealings with the Roman Curia as “mercatorum curiam sequentes” who were involved in the lucrative business of the sale and exchange of ecclesiastical benefices on behalf of clerics in Portugal and Spain in a complex network linked to fellow bankers in the Eternal City and in the Iberian Peninsula². Having lived in the Eternal City since 1556 the

² On these links see BARROS (2013) and DÍAZ RODRÍGUEZ (2018), (2016).

New Christian merchant from Lamego was a fine connoisseur of the inner workings of the institutions of Rome's Iberian "national" churches, having been the chief administrator of the Portuguese national church and hospice of Sant' Antonio dei portoghesi for several years in addition to a regular member of its confraternity³. As a subject of the Habsburg King Philip I of Portugal (1580-1598) during the Iberian Union 1580-1640 he chose the Castilian church of San Giacomo degli spagnoli however as a final resting place for his wife Antónia Luís, himself and his descendants, erecting a veritable space of memory in the Spanish institution in Rome⁴.

During his many years in the city he had as a regular collaborator the fellow New Christian merchant and diplomat António Pinto, with whom he shared business interests⁵. Hailing from Mogadouro in the north of Portugal, of Jewish Spanish origin on his mother's side, Pinto was a veteran of the intrigues of both the courts of Portugal and Rome, having served from 1559 to 1581 as the secretary to the Portuguese ambassador and then as Portugal's first diplomatic agent in 1583 when the country ceased to have a full-fledged ambassador after it came under Habsburg rule while at the same time occupying several important curial offices. He was, literally a man of both worlds at home in both and an intermediary between the two. His social ascendancy was due in part to his father Francisco Vaz Guedes and his prestigious uncle, Diogo Vaz or Guedes Pinto who, as a Jeronomite took on the name of Diogo de Murça (died 1560) a man we will discuss later⁶.

In Fonseca's will, made out on 10 June 1586, with changes and additions that were registered thirteen days later, Fonseca named Pinto his universal executor and Pinto and his illegitimate son Manuel Fernandes da Fonseca (1556-1625), legitimated in 1583 by Gregory XIII (1572-1585) his heirs⁷. In it he destined important sums of money for relatives and associates and to the Castilian and Portuguese churches in Rome as a means of taking care of his family and associates, ensuring that his son will carry on his business

³ On Fonseca see MATEUS & NELSON NOVOA (2013) and NELSON NOVOA (2014).

⁴ On the chapel see NELSON NOVOA (2014b), (2015).

⁵ On the two see NELSON NOVOA (2018) and (2019).

⁶ On Pinto see NELSON NOVOA (2014b), (2014d) 213-229.

⁷ On Manuel see NELSON NOVOA (2014c).



activities and as a way of perpetuating his memory and that of the family in the Eternal City. In particular, by linking himself in life and death to Iberian confraternities he was able to make a strong case for his Catholic credentials in a similar way that other denizens of Rome did so at the time⁸.

Clearly, as in the project of the Fonseca family chapel António da Fonseca had his sights on ensconsing his family in Rome choosing the Castilian church in the seat of Catholicism as his resting place. It was as much a recognition of the existing *de facto* political situation in the Iberian Peninsula which he likely thought could last indefinitely while at the same time a calculated strategy to attain recognition in Rome for generations. His ultimate aim was not simple all out assimilation for him and his family in Rome. The proud declaration of his origins, which still survives in the church in the form of an inscription near the chapel itself which states that he hailed from Lamego, is a telling testimony to Fonseca's insistence on his Portuguese identity. His links to his homeland, with which he maintained lasting ties of kinship and business interests (he was responsible, for example, for the management of cardinal Alessandro Farnese's (1520-1589) revenues from his extensive ecclesiastical benefices in the north of Portugal)⁹ are borne out in his will which clearly evinces his desire to perpetuate the memory of the Fonseca family in Lamego as well without obviating their problematic New Christian origins. The New Christian banker was quite evidently concerned with being remembered in both places and providing his remaining family members in both places with lasting advantages, especially given their New Christian origins.

Memory Disputed

Among the provisions in the will was the insistence that his son and his offspring oversee the investment of some 300 *cruzados* the yields of which were to be destined to the destitute inhabitants of his hometown of Lamego, to be administered by the local charitable confraternity, the *Misericórdia*¹⁰.

⁸ WISCH (2019).

⁹ BARROS (2013) 51-74, (2019) 83-84.

¹⁰ On the *Misericórdia* confraternities see SÁ (2008).

The provisions spell out in great detail how this is to be undertaken, namely, with the assistance of the officials of the Misericórdia of the town who are to choose the worst off of the inhabitants of Lamego due to age and *infirmity per vecchiai* or *storpiamento* half of which are to be Old and New Christians and that at least some of them belong to his family and that of his deceased wife. The terms of the provisions were to be kept in the archive of the confraternity along with a clear list of the investments which were to be undertaken in Portugal¹¹. The move was clearly undertaken with a view to perpetuating the memory of his family and that of his wife in the city, making no mystery of their New Christian origins and ensuring that they be spared harassment and harm.

Shortly after the New Christian merchant's death however the terms of the provisions were radically reinterpreted by his appointed heir, António Pinto who did not allow Fonseca's son Manuel to distribute alms in Lamego. On 22 September 1588 Pinto obtained a papal brief by Sixtus V (1585-1590) altering the dispositions present in Fonseca's will destining the sum which had been intended for the city's Misericórdia towards the establishment of a new convent of Poor Clares. The pontifical document mentions the project for the creation of the convent in Lamego which willed by the archbishop D. António Teles de Meneses 1579-1598¹². It was conceived of apparently several years before by the archbishop with a view to moving the nuns in Porto's convent of Monchique to Lamego, seven of which were his own sisters. Though the papal brief establishing the convent and giving the archbishop the right to move the religious there arrived in May 1589 construction had begun the previous year¹³. The change in the provisions of Fonseca's will, which insisted that alms be distributed among New Christians in Lamego and members of Fonseca's family and that of his wife could have been a way for Pinto to distance himself from the merchant banker and his memory in his native city. It could also have been a way for him to gain importance in the city and in Portugal by being one of the first to support the new convent even before it was officially instituted. The fact that the money to be diverted from the New and Old Christian destitute in the city also meant that inevitably Fonseca's New Christian status would no longer have been evoked.

¹¹ NELSON NOVOA (2014a) 280.

¹² The brief is published as document 1 in the documentary appendix.

¹³ COSTA vol. 4 (1984) 637 and SILVA (2002) 50-51.



Pinto himself was to leave Rome at the end of November of 1588, having groomed his nephew Francisco Vaz Pinto to take up his post, a graduate of civil and canon law, like himself, from the University of Coimbra¹⁴. After leaving the city he went on to Madrid, likely dying there at some point in 1592¹⁵. We learn, from an account by the Lamego-born cleric and statesman Lourenço Mourão Homem (died 1608) that Pinto died in the home of another nephew of his, Pedro Álvares Pereira (c. 1560-1622), the powerful secretary of the Conselho de Portugal from 1586 and 1602¹⁶. It was Francisco Vaz Pinto who introduced yet another radical alteration of António da Fonseca's original memory provisions.

A deed of release, undersigned by Francisco Vaz Pinto and a notary in Rome dated 19 October 1592 established him as the heir of António da Fonseca after his uncle's death and sanctioned his departure from the terms of the merchant-banker's will. It meticulously spelled out the basis for an entirely new memory project to be elaborated with the money which António da Fonseca had initially destined to Lamego's Misericórdia. In 21 provisions the document lays the groundwork for the establishment of "...unum Collegium in universitate Colimbriensi scholarium in sacra Theologia utroque iure ac Medicina studentium fundaretur et instituetu."¹⁷ Drawing upon briefs made out by Gregory XIII, Sixtus V (1585-1590), Gregory XIV (1550-1591) and Clement VIII (1592-1605) regarding António da Fonseca's patrimony and António Pinto's role as his designated heir, the document traced the evolution of Fonseca's project of charitable works in Lamego, the subsequent provision for funds for the convent of Poor Clares and then the new project of a college either in Salamanca or Coimbra, initially willed by António Pinto and subsequently carried out by his nephew, who, upon António Pinto's death was recognized as the heir to Fonseca's estate. It was Francisco evidently who finally decided upon Coimbra as the place for the erection of the college.

¹⁴ NELSON NOVOA (2018).

¹⁵ PINTO (2010) 126.

¹⁶ The account is published in NELSON NOVOA (2019b) 328-333.

¹⁷ Published as document 2 in the documentary appendix.

The clauses in the deed go into fine detail about how the college was to be administered, sustained and who were the students to benefit from it and bear the obvious stamp of a legal mind. Vaz Pinto was recognized as the "...fundator perpetuusque administrator..." of the college and it was to be submitted to Rome "...supponit protectioni et immediate iurisdictioni et correctioni summi Romani pontificis et sancte Sedis apostolice..." It was to provide schooling for twenty-four youth from the Beira and Trás-os-Montes regions who were to study theology, medicine and law and they were to be chosen by the bishops of Braga, Coimbra and Lamego. The candidates, to be successful had to pass entrance exams in their respective disciplines. They were to be less than twenty-four years of age, of legitimate birth from parents who were unsoiled by manual labour and who were at least Old Christians of fourth degree. Those who presented them were to clearly identify their names, those of their parents and their places of origin. There were to be two chaplains, four servants and it was to have a chapel and library.

Tellingly, the deed also insisted that at least a third of the students "...sint de familia, agnatione et cognatione domini Antonii de Fonseca et eius uxoris Antonie Luis in quavis mundi parte existentium et ubicumque natorum et repertorum usque ad quartum gradum si tot reperiantur qui in eo velint studere." In this manner António da Fonseca's desire the have the memory of his family and that of his wife would remain intact but in the city of Pinto uncle and nephew's *alma mater* and in an academic context. It also would have allowed New Christians to study at the college and assured their presence there. From the 1540s onwards they were progressively excluded from most of the many colleges which populated the city on the Mondego through blood purity statutes¹⁸. In this way the Pinto project would have radically altered Fonseca's, having the Lamego-based New Christian family recognized in Coimbra and granted access at the prestigious university. Another third though was to be of the family of António Pinto. In this was the memory of the Pinto family was to be enshrined in the college and it was also a way to allow future family members to study there despite their New Christian blemish.

¹⁸ OLIVAL (2004) 153-155.

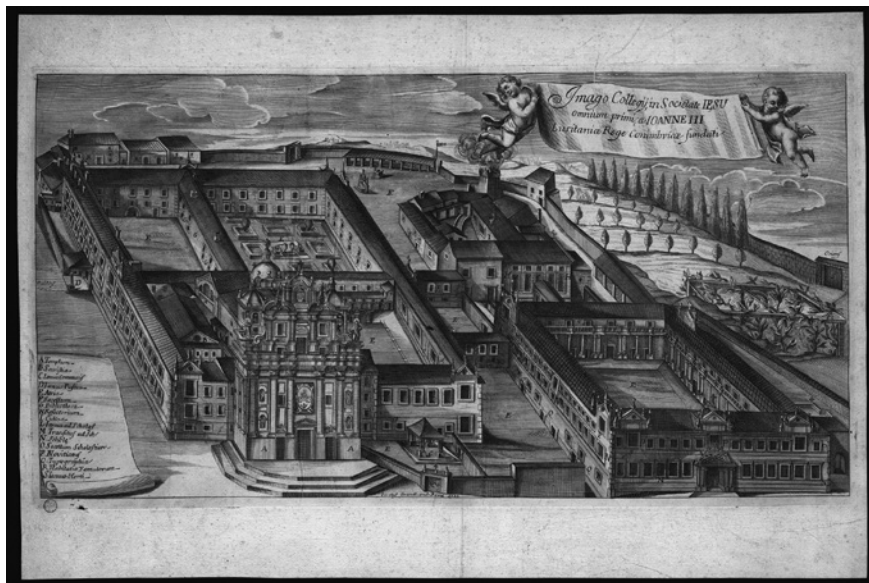


Fig. 1 – The Jesuit college of Jesus in the eighteenth century.

Source: Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/11810> (engraving from Carlo Grandi, Roma, 1732).

The instructions in the document indicate very specifically where the college was to be situated, near the Largo da Feira where the Jesuit college of Jesus was built in 1547 (fig. 1)¹⁹. The sixteenth century was the heyday for such colleges in Coimbra, which were established to house clerics, laymen and religious. The Royal and Pontifical College of São Pedro was created in 1543 destined to house poor clerics²⁰, that of Artes, created to provide a formation in the humanities was set up in 1548, São João Evangelista created in the same year, São Paulo in 1540. São Tomás of the Dominican order founded in 1539, Nossa Senhora do Carmo for the Carmelites, Jesus of the Jesuit order founded in 1542, São Boaventura of the Franciscans in 1550, Colégio do Espírito Santo of the Cistercian order in 1545, São Jerónimo by the Jeronimites in 1550 Colégio da Trindade of the Trinitarians in 1562, that of São Bento

¹⁹ LOBO 14-15.

²⁰ VASCONCELOS (1938) 51-.

of the Benedictines in 1576, the Colégio de Nossa Senhora da Conceição ou de Tomar of the Military Order of Christ was founded in 1556²¹.

The Pinto project also responded to a vested interest on the part of uncle and nephew to hearken back to their own immediate family heritage. Inevitably it evoked the memory of their prestigious relative, the Jeronimite Frei Diogo de Murça who had been key in the creation of many of these colleges. As rector of the university from 1543 to 1555, he made provision for the Benedictines and members of his own order, the Jeronimites to be housed in university buildings before they had their own colleges²². A noted humanist who could boast an elite intellectual formation in Paris and Louvain and Paris Murça became rector of the university after having served as rector of a fledgling Jeronimite university in Guimarães²³. During the reign of João III he oversaw major reforms and transformations and striving to implement the monarch's project of making the university, which had only moved back to the banks of the Mondego river in 1537, an important European intellectual centre (fig. 2)²⁴.

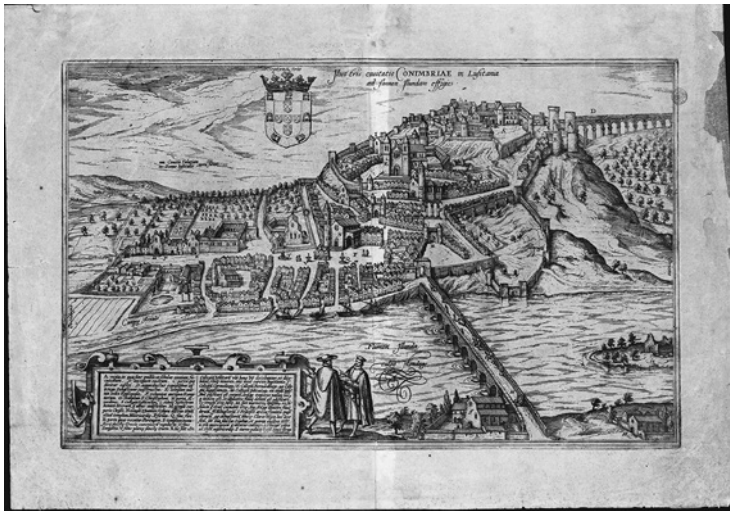


Fig. 2 – Coimbra in the late sixteenth century. Source: Biblioteca Nacional de Portugal, <https://purl.pt/1706> (engraving from G. Braunius & A. Hogenberg, *Civitas Orbis Terrarum*, ca. 1600).

²¹ VASCONCELOS (1938).

²² VASCONCELOS (1938) 92, 99.

²³ SÁ (1982).

²⁴ CARVALHO (1927); SÁ (1977).



The Pinto project for a college was also linked to Rome. One of the provisions of the contract stipulated that was to be dedicated to Saint Anthony of Padua (ca.1195-1231), the Portuguese Franciscan. At some point in the first decades of the sixteenth century the Portuguese national church of Sant'Antonio dei portoghesi was dedicated to the Lisbon-born saint as it previously had as its patron the desert father Saint Anthony (ca. 251-356)²⁵. Both Pintos had been linked to the institution for years. António Pinto served several times as its principal administrator and when the new diplomatic figure of the Portuguese agent of which Pinto was the first, was created in lieu of a Portuguese ambassador during the Iberian Union under the Habsburg crown Pinto made it a point to having the agent take on the role of vice protector of the institution, the protector having always been the ambassador²⁶. His nephew, as his successor in the role of Portugal's agent would have taken on the role of vice protector of the national church as well. This insistence on the Lisbon native saint as patron of the project could be seen as a way of perpetuating the memory of Rome, Portugal's institutions there and the passage of the Pintos in the Eternal City. A College dedicated to Saint Anthony in Coimbra did indeed exist at some point, the Colégio de Santo António da Pedreira, that of the Capuchins, but it was founded in 1602²⁷.

Less than a year after the date of the deed, on 1 March 1593, Sixtus V made out a brief to Francisco Vaz Pinto confirming the project and Vaz Pinto's role as the administrator²⁸. The same the terms were spelled out in a brief directed to the bishop of Coimbra Afonso de Castelo Branco (1522-1615)²⁹. The briefs were undersigned by the papal secretary Marcello Vestri Barbiani (died 1605), who apparently took copies of the documents to Vaz Pinto's Roman house on 5 March for his perusal previous to their being officially promulgated. The skilled diplomat and lawyer, mindful of posterity and keen on the project working out obviously carefully oversaw the drafting and

²⁵ PAILE (1951) 23.

²⁶ On the change see SABATINI (2007) 851-852.

²⁷ VASCONCELOS (1938) 120.

²⁸ The brief appears in two copies which are published were as documents 3 and 4 in the documentary appendix.

²⁹ The brief appears in two copies which are published were as documents 5 and 6 in the documentary appendix.

expedition of the papal documents with a view to obtaining the execution of the project. In 1589 his uncle had invested the funds in *juros*, in public debt through the Customs House of Lisbon, some 900,000,000 and 600,000 *réis* in at least two instances with a view to producing yields which would then be used towards the establishment of the college in Coimbra³⁰. A will he had apparently made up in Genoa before arriving in Spain stipulated that Vaz Pinto was to be his heir and hence the executor of Fonseca's will as well³¹.

Epilogue

The Pinto project for a college in Coimbra did not come into effect. It was met with understandable opposition by the Misericórdia of Lamego which saw Fonseca's funds that were supposed to be destined to it diverted to the new project. Very early on the matter came to the attention of the viceroy of Portugal, archduke Albert of Austria (1583-1593) who apparently left it in the hands of his trusted counselors, among them Lourenço Mourão Homem who prepared the 1603 account of the episode years afterward which was already mentioned. Mourão sided with the Misericórdia against Vaz Pinto, even when another cousin of his, Francisco Pinto de Cunha took up the cause. The matter was taken up by officials of the Conselho de Portugal and the Portuguese court, a testimony to the importance it was accorded at the time. The matter was only settled after several years and through the intervention of Pinto de Cunha with the Misericórdia accepting a lesser sum than that originally destined from António da Fonseca's will.

A document of 1609 from the royal chancellery of Philip II of Portugal states that the funds invested by António Pinto in public debt in the Customs Office and the Hospital of Todos-os-Santos of Lisbon deriving from Fonseca's inheritance had been diverted to the Misericórdia of Lamego and the

³⁰ On 25 May 1589 Pinto purchased 900,000,000 and 600,000 thousand *reis de juros* through Hector Mendes, António da Fonseca's longstanding Lisbon business partner. See document 7 in the documentary appendix. A lesser amount is cited in the aforementioned account by Lourenço Mourão Homem. See NELSON NOVOA (2019) 329.

³¹ NELSON NOVOA (2019) 330.



cathedral of the city as attested by the treasurer and dean of both institutions³². The Pinto project of a college in Coimbra which would have allowed them to secure a place for students in the prestigious university from both the Fonseca and Pinto families had failed. In its place, the Portuguese banker's original project of charitable funds had prevailed.

The episode seems to have fallen into obscurity. Passing mention of it is made in the *Discurso apologetico, critico, juridico e historico, em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e Documentos, que affirmou, e referio na Conta dos seus Estudos, que dera na Academia Real, na Conferencia 8. de Novembro de 1731. A respeito do Sacro, Pontificio e Real Collegio de São Pedro*, by Manuel Pereira da Silva Leal (1694-1733), a member of the Order of Christ, one of the first members of Portuguese Royal Academy of History (1720-1776), a member of the Colégio de São Pedro and professor at the University of Coimbra who cites Mourão's version of the events³³. The most exhaustive history of the diocese of Lamego, Manuel Gonçalves da Costa's (1977-1997) *História do bispado e cidade de Lamego (1977-1982)* makes no mention of the episode³⁴. It remains an obscure matter yet very present in the archives as is borne out by the abundance of documents which mention it and undoubtedly there are still many angles from which to study it. The Fonseca and Pinto disputing projects of memory were about the perpetuation of family legacy, legitimation and ultimately familial redemption. Through them, whether it be alms to the destitute in Lamego or a college for poor young men in Coimbra the New Christian families would have been vindicated. They were projects which aimed at long term recognition, as much as a means of being remembered both as individuals and as families and as a means of excising the New Christian stigma for their families by carving out niches for them whether it be in form of charitable works through a consecrated and esteemed local confraternity or the existence of a college which ensured that they could be assured schooling at Coimbra and social ascension afterwards. In both cases, memory, both individual and collective is being played out as it had in other instances of the life of the members of the *Nação*.

³² Published as document 7 in the documentary appendix.

³³ LEAL (1733) 60-61.

³⁴ COSTA (1977-1992).

Documentary appendix

Document 1

Pro Antonio Pinti, clerico Bracharensi. Commutatio voluntatis Antonii Fonsecae, etc.

Sixtus papa V

Ad perpetuam rei memoriam. Accidit quandoque ut, cum humana mens, quae nec omnium capax est nec potest ea, quae futura sunt, ulla assequi cogitatione, quaedam disponat quae, etsi pietatem prae se ferret, tamen vel ob supervenientes difficultates, vel alias ob causas minus utilia fore dignoscantur, liceat illa in melius commutare, quod cum apostolici muneris nobis licet immeritis ex alto commissi sit proprium, nostras libenter in eo partes, cum a nobis praesertim per providas et circumspectas personas petitur, apponimus, idque eo magis quo uberiores exinde in Ecclesia Dei fructus cum animarum salute coniuncti sperantur. Sane pro parte dilecti filii Antonii Pinti, clerici Bracharensis diocesis, secretarii apostolici ac familiaris continui commensalis noster, nuper nobis fuit expositum, quod alias quondam Antonius de Fonseca, dum viveret civis Lamacensis in Urbe commorans, suum condens ultimum testamentum, sub cuius dispositione additis nonnullis codicillis postea decessit, post multa pia et alia relicta legata suum haerodem universalem instituit dictum Antonium, voluitque quod idem Antonius post obitum dicti testatoris quamprimum fieri possit ter mille cruciatos monetae Portugalliae in bonis stabilibus seu aliis annuis perpetuis redditibus investire et redditus huiusmodi in pauperes civitatis Lamacensis et illius diocesis certo modo qualificatos eius arbitrio distribuere annuatim, et post eius obitum decanus et thesaurarius Ecclesiae Lamacensis et prior confraternitatis Misericordiae eiusdem civitatis Lamacensis pro tempore existentes curam distributionis inter pauperes reddituum huiusmodi haberent in perpetuum, quodque omnia bona, quae ex sua haereditate ad dictum Antonium pervenirent in pecuniis redigerentur et pecuniae huiusmodi post testatoris obitum in bonis stabilibus, aut aliis annuis perpetuis redditibus iuro nuncupatis in Portugalliae aut Hispaniarum regnis similiter investirentur, et ipse Antonius redditus huiusmodi eius vita durante percipere, et de illis arbitrio suo disponere et ordinare valeret, et post eius obitum decanus, thesaurarius et provisor praefatus redditus huiusmodi una cum aliis supradictis ex tribus millibus ducatis comparandis in dictos pauperes praedictae civitatis et diocesis Lamacensis annuatim distribuerit, prout in dicto testamento et subsecutis codicillis, ad quae relationem haberi volumus, plenius dicitur contineri. Cum autem, sicut eadem expositio subiungebat, ex distributione reddituum huiusmodi inter pauperes incertos incolae civitatis et diocesis Lamacensis et personae de familia testatoris, et quondam etiam Antoniae Luis eius uxoris, quas dictus testator huiusmodi elemosynae participes et caeteris parentibus aliis praeferrere voluit, parum utilitatis et commoditatis recepturae sint et verisimiliter credatur redditus huiusmodi seu illorum maiorem partem in illis exigendis, recuperandis, administrandis et ministrorum ad id deputatorum stipendiis consumi debere, et in civitate Lamacensi nullum monasterium monialium praeter unum ordinis sanctae Clarae, quod venerabilis frater modernus episcopus Lamacensis ad praesens noviter coepit instituire, existat, et in



ipsa civitate et diocesi Lamacensi et ea, quae de Beria nuncupatur, in qua civitas ipsa existit, et convicinia Transmontana et Interamna provinciis maxima pauperum mulierum copia reperitur, quae ob earum et parentum paupertatem nec matrimonio collocari nec, quamvis summopere cupiant, religionem ingredi possunt, et redditus dicti novi monasterii adeo sint tenues et exigui, quod ad multas moniales manutenendas minime sufficiunt, et si monasterium praefatum illiusque aedificia ampliarentur et in eo maior numerus, quam hactenus praefatum episcopum statutus et designatus fuit, reciperetur, et pro illarum manutentione et fabrica ac dotis ipsius monasterii augmento redditus annui ex dictis pecuniis comparandi assignarentur et applicarentur, ex eo profecto civitati et diocesi ac provinciis praefatis et illarum incolis pauperibus maior utilitas et plura commoda pervenirent et pia testatoris intentio Ecclesiae catholicae fructuosior existeret. Propterea tam dictus Antonius quam praefatus episcopus nobis humiliter supplicati fecerunt, ut in praemissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur volentes illis ac incolis pauperibus civitatis et diocesis ac provinciarum praedictarum gratiam facere specialem, testamenti et codicillorum ac aliorum praedictorum tenores praesentibus pro expressis habentes, huiusmodi supplicationibus inclinati annum redditum praefatum ex nunc prout ex tunc et econtra postquam dictus Antonius haeres in id consenserit, praefato noviter per dictum episcopum erigi et institui cepto monasterio monialium ad hoc, ut illius aedificia ampliari et in commodiorem et nobiliorem formam redigi, et in illo praeter eas, quas praefatus episcopus hactenus designavit introducere, et manutenere tot aliae pauperes mulieres, quae in ipso monasterio regularem vitam ducere velint, ex civitate et diocesi et provinciis praefatis oriundae et de familia, cognatione vel agnatione ipsius testatoris et dictae illius quondam uxoris Antoniae Luis praeter ex annuo redditu praefato arbitrio ipsorum Antonii et moderni ac pro tempore existentis episcopi, decani et thesaurarii Ecclesiae Lamacensis, ac provisoris praedictorum manuteneri poterunt, in moniales recipi et admitti possint ac debeant, ac pro ipsius monasterii dotis augmento ita quod liceat abbatissae et conventui monasterii noviter erecti et instituti huiusmodi corporalem, realem et actualem possessionem ipsius annui redditus per se vel idoneas personas earum nomine apprehendere et perpetuo retinere, illumque in usus et utilitatem eiusdem monasterii ac aliarum personarum illis inservientium convertere auctoritate apostolica tenore praesentium de assensu praedicti Antonii haeredis perpetuo applicamus et appropriamus, quodque pauperum mulierum huiusmodi tertia saltem pars de familia, cognatione et agnatione dicti testatoris eiusque uxoris praedictae, si tot reperierint, quae velint in ipso monasterio regularem vitam profiteri, existant, et nihil praefato monasterio pro dote seu eleemosyna praeter regalia seu propinas, quae tempore professionis solvi solent in monasteriis monialium regni Portugalliae, et legitimam portionem illis post obitum parentum obtingentem dare aut solvere debeant, nec ad id cogi valeant, sed gratis recipiant. Etiam perpetuo statuimus et ordinamus cum praedicto episcopo, ut quaecumque statuta et ordinationes licita et honesta ac sacris canonibus et concilii Tridentini decretis, dictaeque Regulae non contraria tam administrationem redditus huiusmodi quam monasterii et pauperum mulierum in illo pro tempore recipendarum qualitates et conditiones, ac regimen, gubernium, vel salubrem directionem concernentia de consilio et assensu praefati Antonii haeredis condere, publicare et observare facere libere et licite valeant, auctoritate et tenore praesentis concedimus et indulgemus, dictumque Antonium eiusque haereses et successores a praestatione et assignatione annui redditus ex pecuniis haereditatis emendi et comparandi ad effectum distribuendi illum in pauperes iuxta

voluntatem testatoris omnino absolvimus et liberamus, ac etiam quibusvis iudicibus tam ordinariis quam delegatis, quamvis etiam apostolica et regia seu alia auctoritate fungentibus, nec non administratoribus fabricae basilicae Principis apostolorum de Urbe et hospitalis Omnium Sanctorum Ulyxbonensis et quibusvis aliis, ne eundem Antonium haerem eiusque haeredes ac successores super praestatione seu assignatione dicti anni redditus ad effectum illius distributionis inter pauperes molestare, perturbare vel inquietare audeant seu praesumant, districtius inhibemus, nec non voluntatem praedicti testatoris quoad hoc commutamus. Quo circa dilectis filiis Bracharensi, Portugallensi ac Visentino officialibus per apostolica scripta mandamus, quatenus ipsi vel duo aut unus eorum, ubi et quando opus fuerit, et quoties super hoc requisiti fuerint, vel aliquis eorum requisitus fuerit, presentes literas et in eis contenta quaecumque per se vel alium seu alios solemniter publicantes ac in praemissis efficacis defensionis praesidio assistentes faciant auctoritate nostra omnia et singula in ipsis contenta ab omnibus ad quos spectat inviolabiliter observari. Non permittentes ipsum Antonium haerem nec non monasterium supradictum sive illius administratores a quoquam contra praemissorum dispositionem quomodolibet indebite molestari. Cotraddictores per censuras ecclesiasticas eadem auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis. Non obstantibus voluntate dicti testatoris et felicitis recordationis Bonifacii papa VIII de una, et in concilio generali edita de duabus dietis, dummodo ultra tres dietas aliquis auctoritate praesentium ad iudicium non trahatur, ac nostra de non tollendo iure quaesito et quibusvis aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis, legibus et pragmaticis sanctionibus, nec non fabricae et hospitalis praedictorum, etiam iuramento, confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis, statutis et consuetudinibus, privilegiis quoque, indultis et literis apostolicis illis quomodolibet concessis, confirmatis et innovatis. Quibus omnibus, etiam si de illis specialis, specifica et ad verbum expressa mentio habenda esset, illis alias in suo robore permansuris, hac vice dumtaxat specialiter et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. Aut si aliquibus communiter vel divisim ab apostolica sit Sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam, ac de verbo ad verbum, de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Romae, apud Sanctum Marcum, die 22 septembris 1588, anno quarto.

Habet signaturam registratam libro 3 secretorum, fol. 192.

I. Angelus Papius

Secretaria Brevium 137, fols. 200r-203r, AAV.

Document 2

Erectio Collegii Colimbriensis.

Die 19 octobris 1592.

In nomine Domini Amen.

Noverint universi hoc presens publicum instrumentum visuri pariter et audituri quod anno a nativitate Domini millesimo quingentesimononagesimosecundo die vero decimnona mensis octobris in urbe Romana in domo habitationis reverendi patri domini Francisci Vaz Pinti scholastici canonicique ecclesie Colimbriensis serenissimi Philippi Hispaniarum regis catholici pro regnis Portugallie et Algarbiorum apud summum Romanum pontificem negotia agentis, in mei notarii publici testiumque infrascriptorum presentia idem dominus Franciscus Vaz Pintus dixit quod aliasquondam magnifico viro Antonio de Fonseca Lusitano Lamacense et in urbe Romana commorante ex causis sibi benevisis placuisset reverendum patrem dominum quondam Antonium Pintum, archidiaconum ecclesie Ulixbonensis et predicti serenissimi Philippi regis in supremo regni Portugallie consilio, consiliarium post nonnulla legata in remanentibus omnibus bonis suis cuiuscumque qualitatis et quantitatis suum universalem heredem ex testamento instituere et ordinare, ita tamen quod idem dominus Antonius Pintus post ipsius | (c. 4v) Antonii de Fonseca obitum deberet omnia predicta bona ex dicta hereditate provenientia et in pecunias redacta quamprimum in Hispaniam transferre et traslata inibi videlicet in Portugalliae aut Castelle regnis in bonis stabilibus seu iuribus perpetuis et bone conditionis investire, quorum fructus, redditus et proventus vita sua durante sibi habere, percipere et exigere ac in suos usus et utilitatem convertere libere et licite posset. Post vero Antonii Pinti obitum predicta omnia bona libera remanere et illorum fructus, redditus et proventus in pauperes Christi in civitate Lamacense certis modo et forma a predicto Antonio de Fonseca statutis et ordinatis dividi et distribui deret ac alias prout latius in ipsius Antonii Fonseca testamento et codicillo plenius continetur. Cum autem predictae hereditati per obitum dicti Antonii de Fonseca de mense februarii millesimi quingentesimo octuagesimiseptimi locus factus fuisset. Idemque dominus Antonius Pintus heres instituisset et hereditatem | (c. 5r) cum beneficio legis et inventarii acceptasset et adiisset postmodumque mature considerasset quod ex dicta distributione omnium redditum ex hereditate huiusmodi proventium in pauperes iuxta formam testamenti predicti Antonii de Fonseca facienda parum aut nihil utilitatis percepi poterat et quod in maius Dei optimi maximi servitium et obsequium atque ecclesie catholice decorem necnon regni Portugallie splendorem et utilitatem ac predicti testatoris anime remedium cedere poterat si relicto in civitate Lamacense quodam legato trium millium cruciatorum de quo in predicto Antonii Fonseca testamento ordinatum et dispositum erat, quorum fructus et redditus singulis annis in pauperes Christi iuxta formam et ordinationem eiusdem testatoris in predicta civitate Lamacense dividi et distribui deberet. Ex reliquis vero omnibus bonis in dicta hereditate remanentibus unum Collegium in universitate Colimbriensi scholarium in sacra Theologia utroque iure ac Medicina studentium fundaretur et institueretur, in quoque plures optime indolis et ingenii pauperes iuvenes ex circumvicinis da Beyra, Interamnensi et Transmontana proviciniis introduci sustentari ac manuteneri qui postea uberes in agro Domini fructus | (c. 5v) cum fenore redire possent. Idem dominus Antonius Pintus felicitis recordationis Sixto Quinto

pontifici maximo humiliter supplicavit ut ex presentis et aliis causiis sanctitati sue benevis dignaretur ita statuere et ordinare ac desuper voluntatem testatoris commutare. Cuius precibus cum predictus pontifex annuisset quia tamen eius superveniente obitu de eo littere expedite non fuerant similis memorie Gregorius XIII ne de concessione et gratia predecessoris sui dubitari posset litteras super hoc expediri mandavit tenoris sequentis videlicet: Gregorius episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam equum reputamus et rationi consonum ut ea que de Romani pontificis gratia processerunt licet eius superveniente obitu littere apostolice desuper confecte non fuerint suum sortiantur effectum. Dudum siquidem felicis recordationis Pio papa quinto predecessori nostro pro parte dilecti filii magistri Antonii Pinti scriptoris et familiaris nostri exposito quod alias quondam Antonius de Fonseca, cuius dum viveret Lamacensi in urbe commorans suum condens ultimum testamentum sub cuius dispositione additis nonnullis codicillis (c. 6r) postea decesserat post multa pia et alia relicta ab eo legatata ipsum Antonium Pinto in reliquis bonis et rebus suis mobilibus et immobilibus pecuniis, auro, argento, gemmis, lapillis, rationibus, creditis, actionibus realibus personalibus et mixtis cuiuscumque qualitatis, quantitatis, valoris, pretii et conditionis essent que tunc possidebat et ad eum quovismodo via et ratione pertinebant et ad sui obitus diem usque haberet et ad eum pertinent ac pertinere reperierentur suum heredem universalem instituerat, volueratque pro sue consciente exoneratione quod ex bonis et rebus suis tot possessiones et bona stabilia modo in domibus non consistentur aut iura certa aut segura pro summa et valore trium millium cruciatorum monete regni Portugallie emerentur et compararentur quodque fructus ac redditus dictarum possessionum et bonorum stabilium aut iurium singulis annis in perpetuum inter paperes per prefatum Antonium Pinto heredem eius vita durante distribuerent atque per eum similiter illius vita durante administrarentur et gubernarentur, ipsumque Antonium Pinto enixe rogaverat ut quam primum dicta bona et iura emere et comparare vellet et deberet. Post vero ipsius Antonii Pinto obitum dicta (c. 6v) administratio et distributio ad pro tempore existentes decanum et thesaurarium ecclesie Lamacensis, necnon providitorem confraternitatis Misericordie eiusdem civitatis Lamacensis coniunctim pertineret quos etiam summopere deprecatus fuerat ut huiusmodi onus in se propter Dei amorem suscipere et casu quo possessiones bona stabilia aut iura huiusmodi ante predicti Antonii Pinto obitum empta non remanerent ex presentis suis bonis emere et comparare vellent et curarent, volens preterea atque precipiens tam Antonio Pinto quam decano et thesaurario ac providitori predictis pro huiusmodi elemosyne distributione semper ex pauperibus magis pauperes ac seniores et claudos illosque qui vel propter gravem aetatem aut membrorum debilitatem sibi victum querere non possent, consequenter vero viduas quasque similiter matrimonium amplius non contracturas crederent preeligere deberent et tenerentur. Deinde etiam quod medietas dictorum pauperum singulis annis propter elemosyne disytributionem eligendorum forent et existerent ex his qui ab antiquis et ut vocant veteribus (c. 7r) christianis originem haberent bonis fama et moribus predicti. Pro alia vero medietate ex illis qui a novis quos vocant christianis descenderent, iisdem etiam fama et moribus ornatis quodque in his pauperibus illi deberent preferri qui se ex familia aut generatione predicti Antonii de Fonseca aut quondam Antonie Luiz illius uxoris originem trahere probarent atque etiam quod instrumenta emptionum dictarum possessionum bonorum stabilium aut iurium reponerentur et asservarentur in archivio Capituli dicte ecclesie Lamacensis aliaque eorundem instrumentorum copia seu transcriptum in archivio dicte Confraternitatis similiter reponerentur et asservarentur preter-

quam prefata instrumenta fuerunt etiam duo libri in quibus veluti in quodam registro dicte possessionis bona stabilia et iura ut prefertur empta describerentur et annotarentur in iis mentio fieret de asservatione in dictis archiviis predictorum instrumentorum et de notario mense et anno quibus facta et stipulata fuissent quamquidem in dictos pauperes distribuendam eleemosynam dixerat idem Antonius Fonseca se legare pro exoneratione sue conscientie et illarum personarum | (c. 7v) quibus ad aliquid restituendum, de quibus tamen non recordabatur teneretur. Deinde etiam voluerat et ordinaverat quod tota summa pecuniarum que ratione predicte hereditatis ad dictum Antonium Pinto spectant quamprimum post eius obitum in Castelle et Portugallie regnis transferrentur et remitterentur, idemque fieret de reliquis pecuniis que ex rebus ac bonis suis primum venditis redigerentur, que omnia in dictis regnis in bonis stabilibus, iuribus aut censibus bone qualitatis que tamen non essent domus ne capitolo in diminutionem deveniret quamprimum fieri posset investirentur. Quodque ex fructibus et redditibus dictorum bonorum et iurium aut censuum presentis Antonius Pinto eius vita durante libere disponere et pro suo abritrio facere et ordinare posset et valeret. Post vero ipsius Antonii Pinto obitum dicti fructus ac redditus liberi remanent singulis annis distribuendi inter Christi pauperes per personas ac iisdem modo et forma quibus circa redditus trium millium cruciatorum in eosdem pauperes in civitate Lamacensi distribuendum statuerat et | (c. 8r) ordinaverat quos fructus ac redditus idem Antonius Fonseca assignaverat et applicaverat in usum et eleemosynam dictis pauperibus modo et forma supradictis post obitum prefati Antonii Pinto. Postremo vero voluerat et ordinaverat quod si dilectum filium Emanuelem Ferdinandum Fonseca eius natum cui alias certa res et bona titulo hereditatis seu institutionis aut quod melius de iure poterat in suo testamento legaverat, reliquerat aut donaverat absque filiis legitimis et naturalibus ac ex legitimo matrimonio iuxta suam dispositionem proceratis dum obire contigerat duodecim millia ex una et quinque millia scuta auri in auro ex alia partibus ut supra eidem Emanueli Ferdinando legata et relicta, seu ea illorum pars que tempore obitus prefati Emanuelis Ferdinandi reperiretur in bonis stabilibus aut iuribus bone qualitatis in predictis Portugallie et Castelle regnis investirentur, illorumque fructus ac redditus singulis annis in eleemosynas pauperum modo et forma supra statutis circa distributionem redditum trium millium cruciatorum supradictorum distribuerentur | (c. 8v) ac dividerentur et de instrumentis empionum dictorum bonorum et iurium idem fieret et quod de aliis supra statuerat et ordinaverat ac alias prout in dicto testamento et subsequentibus codicillis plenius dicebatur contineri et deinde subiuncto quod ex distributione redditum huiusmodi inter pauperes incertos incolas civitatis et diocesis Lamacensis predictarum et persone de familia dicti Antonii de Fonseca necnon etiam Antonie quas dictus Antonius de Fonseca eleemosyne participes esse et ceteris paribus aliis preferri voluerat parum utilitatis et comodi recepture erant ex eo quod in ipsis redditibus exigendis, recuperandis et administrandis solvendisque ministrorum ad id deputandorum stipendiis magna illorum pars verisimiliter consumenda veniebat et in ipsis civitate et diocesi Lamacensi nullum preter unum Sancte Clare a venerabili fratre nostro tunc suo episcopo Lamacensi institui ceptum monasterium monialium existebat in eademque civitate Lamacensi ac de Beyra et Transmontana ac Interamna circumvicinis provinciis diverse pauperes mulieres reperiebantur quae paupetatem | (c. 9r) earum et parentum suorum nec forsitan nubere nec religionem ingredi poterant dictus predecessor supplicationibus dicti Antonii Pinto eidem predecessori porrectis tunc inclinatus redditum predictum novo huiusmodi monasterio pro ampliacione bonorum et dotis illius augmento ut sic pauperes

mulieres huiusmodi in eo recipi possent ex tunc prout ex ea die qua idem Antonius Pinto in hoc consensisset ac alias sub certis modo et forma tunc latius expressis perpetuo applicaverat et appropriaverat prout in litteris ipsius predecessoris desuper confectis plenius continebatur. Postea vero eidem predecessori etiam subiuncto quod applicatio et appropriatio huiusmodi ac littere predicte nullum fuerunt sortite nec sortiture essent effectum et in eisdem civitate et diocesi Lamacensi necnon Beyra in qua civitas ipsa existit ac Trasmontana et Interamna circumvicinis provinciis predictis maxima pauperum prestantis ingenii et alias bone expectationis iuvenum copia reperiebatur qui ob eorum et parentum paupertatem litterarum studiis et bonis disciplinis minime vacare poterant si ex dictis pecuniis unum Collegium in quo (c. 9v) civitatis et provinciarum predictarum iuventutes religiose educarentur ac bonorum artium disciplinis instruerentur assignatis etiam annuis redditibus necessariis pro iunctu et vestitu ipsius iuventutis in universitate Colimbriensi seu Salamantina erigerentur et instituerentur seu alias in eisdem universitatibus seu illarum altera tot iuvenes scholares qui predictis bonarum artium disciplinis incuberent quot ex dictis fructibus manteneri et sustentari poterant mantenerentur et sustentarentur. Ex eo prefecto civitati et diocesi ac provinciis predictis et illarum incolis pauperibus maior utilitas et plura commoda provenirent pique Antonii de Fonseca predicti intentio ecclesie Chatolice fructuosior existeret, quare pro parte dicti Antonii Pinto eidem predecessori humiliter supplicato quatenus pio eius desiderio ea in parte annuere de benignitate Apostolica dignaretur. Idem predecessor qui tanquam universalis gregis Dominici pastor ad cunctas fidelium regiones earumque profectus et commoda sua considerationis aciem extendens fideles ipsos ad querendum litterarum studia (c. 10r) per que militantis Ecclesie respublica geritur divinis nominis et fidei Catholice cultus omnisque prosperitatis humane conditio augetur sue solitudinis ope apostolicisque favoribus propensius excitabat et ut ea facilius sortirentur effectum voluntates testantium quondoque commentabat prout fidelium vota exposcebant et ipse conspiciebat in Domino salubriter expedire. Ipsum Antonium Pinto a quibusvis excommunicationis suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis, censuris et penis a iure vel ab homine quavis occasione vel causa latis si quibus quomodolibet immodatus existeret ad effectum infrascriptorum duntaxat consequendum absolvens et absolutum fore censens. Ac litterarum testamenti et codicillorum necnon novi monasterii foundationis aliorumque premissorum et indesequutorum quorumcumque tenores etiam veriores ac datum pro expressis habentes huiusmodi posterioribus supplicationibus inclitatis sub datum videlicet: “Decimo kalendas augusti pontificatus sui anno sexto eidem Antonio Pinto ut dictis tribus millibus cruciatorum illorumque fructibus (c. 10v) ac redditibus annis singulis modo et forma a predicto testatore statutis in civitate Lamacensi in dictos pauperes distribuendis relictis ex reliquis pecuniis unum collegium scholarium cum capella, mensa communi, sigillo, bibliotheca, archivio ceterisque insignibus collegialibus ac membris et officinis necessariis ad omnipotentis Dei laudem et gloriam ac eiusdem militantis ecclesie exaltationem et dicte iuventutis in litterarum studiis felicem progressum sub invocatione seu denominatione eidem Antonio Pinto benevisa in universitate Colimbriensi seu Salamantina construi et edificari facere et in illo tot scholares ex civitate, diocesi et provinciis predictis orinudi etiam de familia, cognatione vel agnatione Antonii de Fonseca et Antonie predictorum usque ad quartum gradum quot ex annuo reddito predicto arbitrio ipsius Antonii Pinto manutenendum poterant recipi et admitti possent et deberent licentiam et facultatem Apostolica auctoritate concessit et impartitus fuit ac eidem (c. 11r) Antonio Pinto quod pauperum iuvenum huiusmodi



tertia pars de familia cognatione et agnatione Antoni de Fonseca et Antonie predictorum si tot reperirentur qui vellent in eo studere existerent necnon quod nominatio collegialium huiusmodi in ipsum introducendorum ad ipsum Antonium Pinto quoad viveret et eo vita functo ad personas per eum nominandas pro una medietate, pro alia vero medietate collegialium predictorum ad pro tempore existentes archiprespiterum Bracharensem ac Colimbriensem et Lamacensem episcopos omnino pertineret nec alias quam sic nominate persone recipi in collegium seu admitti possent vel deberent eadem auctoritate indulsit ac etiam ita perpetuo statuit et ordinavit. Ac insuper eidem Antonio Pinto ut quacumque statuta et ordinationes licita tamen et honesta ac sacris canonibus et concilii Tridentini decretis non contraria ac ordinario examinanda et approbanda tam administrationem redditum huiusmodi quam Collegii et scholarium in illo pro tempore recipiendorum qualitates conditiones, numerum ac regimen gubernium|(c. 11v) salubrem directionem ac modum et formam temporisque spatium ipsis electoribus et nominatoribus pro electione et nominatione collegialium huiusmodi si videretur prescribendum et prefigendum ac in eventum eorum negligentia electionem et nominationem huiusmodi ad alios nominatores trasferendum concernentia condendum et semel condita toties quoties rerum ac bonorum qualitas sic requireret ac alias expediens videretur. De consensu eiusdem ordinarii mutare et mutata de novo edere illaque publicare et observari facere valeret etiam licentiam et facultatem omnimodam similiter concessit et impartitus fuit. Ipsumque Antonium Pinto ac eius heredes et successores a prestatione et assignatione annui redditus ex pecuniis hereditatis emendi et comparandi ad effectuandi illum in pauperes iuxta predicti Antonii de Fonseca voluntatem omnino absolvit et liberavit ac etiam quibusvis iudicibus tam ordinariis quam delegatis quavis etiam apostolica regia seu alia auctoritate fungentibus necnon administratoribus Fabrice Principis apostolorum de Urbe|(c. 12r) et hospitalium omnium Sanctorum Ulixbonensium et quibusvis aliis sub interdicti ingressu ecclesie ac excommunicationis sententia necnon privationis pena dignitatem beneficiorum et officiorum per eos obtentorum inhabilitatisque ad illa et alia imposterum obtinenda. Ne eundem Antonium Pinto eiusque heredes et successores super prestatione seu assignatione dicti annui redditus ad effectum illius distributionis inter pauperes molestare auderent seu presumerent districtius eadem auctoritate inhiuit dicti Antonii de Fonseca necnon regule de non tollendo iure quesito ac quibusvis aliis constitutionibus et ordinationibus ceterisque contrariis quibuscumque. Ne autem de absolutionibus, concessione, impartitione, indulto, statuto, ordinatione, liberatione, inhibitione et commutatione premissis pro eo quod super illis dicti predecessoris eius superveniente obitu littere confecte non fuerint valeat quomodolibet hesitari. Ipseque Antonius Pinto illorum frustretur effectu volumus et similiter apostolica auctoritate decernimus quod absolutiones, concessio, impartitio, indultum, statutum|(c. 12v) ordinatio, liberatio, inhibitio et commutatio predecessoris huiusmodi perinde a dicta die decimo kalendas augusti suum sortiantur effectum ac si super illis ipsius predecessoris littere sub eiusdem dicti data confecta fuissent prout superius enarratur. Quodque presentes littere ad probandum plene absolutiones concessionem, impartitionem, indultum, statutum, ordinationem, liberationem, inhibitionem et commutationem predecessoris huiusmodi ubique sufficiant nec ad id probationis alterius ad miniculum requiratur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre voluntatis et decretis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se noverit incursum datum Rome apud Sanctum Petrum anno incarnationis Dominice

millesimo quingentesimo nonagesimo idibus decembris pontificatus nostri anno primo. | (c. 13r) Quarumquidem litterarum vigore et auctoritate prefatus dominus Antonius Pintus ad aliquos actus pro fundatione collegii huiusmodi processit domos pro fabrica in civitate Colimbriensi iuxta plateam que dicitur Da feyra comparavit nonnullas pecunias in bonis stabilibus, iuribus nuncupatis investivit pro manutione scoliarum licet eius superveniente obitu huiusmodi opus perfici et ad plenam executionem perducere non potuerit. Ne autem deficiente executore qui opus promoverat et prosequeretur intermittere aut omnino destitui posset in ultimo quod testamento suo addidit codicillo ad id prefatum dominum Franciscum Vaz Pintum scholasticum Colimbriensem de cuius fide ac probitate plurimum in Domino confidebat nominavit deputavit ac ad amplectendum huiusmodi opus exhortatus est quasquidem nominationem et deputationem sanctissimus dominus noster dominus Clemens papa octavus confirmavit eundemque dominum Franciscum de novo deputavit et constituit executorem ad prefatum Collegium erigendum, extruendum et ad | (c. 13v) perfectionem deducendum illumque illiusve personas, res et bona eius vita durante regendum, gubernandum et administrandum cum plena et omnimoda facultate et auctoritate omnia et singula que prefato domino Antonio Pinto per felicis recordationis Sixti quinti data et concessa fuerant faciendi, gerendi et exercendi prout in litteris prefati sanctissimi domini nostri continentur que sunt tenoris sequentis: “Clemens papa VIII ad futuram rei memoriam cum sicut accepimus dudum felicis recordationis Sixti quinti predecessori nostro pro parte quondam Antonii Pinti clerici Bracharensis et referendarii apostolici exposito quod pridem quondam Antonius de Fonseca cuius dum viveret Lamacensis in Urbe commorans in eius ultimo testamento sub cuius dispositione additis nonnullis codicillis postea decessit post nonnulla pia et alia legata relicta in reliquis bonis suum universalem heredem instituit eundem Antonium Pintum voluitque et ordinavit quod idem Antonius Pintus post obitum dicti | (c. 14r) testatoris quamprimum fieri posset ter mille cruciatis monete Portugallie in bonis stabilibus seu aliis annuis redditibus perpetuis investire et redditus huiusmodi in pauperes civitatis et diocesis Lamacensis certo modo qualificatos eius arbitrio annuatim distribuere deberet et post eius obitum decanus et thesaurarius ecclesie Lamacensis ac provisor confraternitatis Misericordie eiusdem civitatis pro tempore existentes curam distributionis in pauperes huiusmodi haberent in perpetuum quodque reliqua omnia bona ex dicta hereditate ad ipsum Antonium Pintum provenirent idemque Antonius ea in pecunias redigere et quamprimum in regnis Hispaniarum similiter in bonis stabilibus investire teneretur eorumque redditus eius vita durante percipere et in proprios usus convertere et de arbitrio suo disponere posset et valeret eoque vita functo prefati decanus, thesaurarius et provisor eodem fructus unacum aliis supradictis ex tribus millibus cruciatis comparandis inter pauperes predictae civitatis et diocesis Lamacensis annuatim distribuerent prout in dictis testamento et codicillis plenius contineri | (c. 14v) dicebatur et in eadem petitione subiuncto quod ex distributione redditum huiusmodi inter pauperes incertos et personas de familia ipsius testatoris quas dictus testator huiusmodi elemosine participes esse voluerat et ceteris paribus aliis preferri parum utilitatis et commodi percipi poterat ex eo quod etiam in bonis ipsis recuperandis, administrandis solvendisque ministrorum ad id deputatorum stipendiis magna illorum pars verisimiliter consumenda veniebat et in civitate Lamacensi necnon da Beyra in qua civitas ipsa extitit ac transmontana et interamnensi circumvicinis provinciis regni Portugallie maxima pauperum prestantis ingenii et bone expectationis iuvenum copia reperirentur qui ob eorum et parentum paupertatem litterarum studiis et bonis disciplinis

minime vacare poterant et si ex dictis pecuniis unum collegium in quo civitatis et provinciarum predictarum iuvenes religiose educarentur et bonarum artium disciplinis instruerentur assignatis etiam annuis redditibus necessariis pro victu et vestitu dicte iuventutis in universitate (c. 15r) Colimbriensi seu Salamantina erigeretur et institueretur ex eo profecto civitati et diocesi ac provinciis prefatis et illarum incolis pauperibus maior utilitas et plura commoda provenirent pique predicti Antonii de Fonseca intentio Catholice ecclesie fructuosior existeret. Idem Sixtus pontifex predicti Antonii Pinti precibus inclinatus voluntatem testatoris in hac parte commutando eidem Antonio Pinto ut dictis tribus milibus cruciatis illorumque fructibus et redditibus singulis annis modo et forma a predicto testatore statutis in civitate Lamacensi in dictos pauperes distribuendis relictis ex reliquis pecuniis unum collegium scholarium cum capella, mensa communi, sigillo, biblioteca, archivio ceterisque collegialibus membris et officinis necessariis. Ad omnipotentis Dei laudem et gloriam ac eiusdem militantis ecclesie exaltationem et dicte iuventutis in litterarum studiis felicem progressum sub invocatione et denominatione eidem Antonio Pinto benevisis in civitate Colimbriensi seu Salamanticensi construi et edificari facere et in illo tot scholares ex civitate et diocesi ac provinciis prefatis oriundos etiam de familia cognatione vel agnatione Antonii de Fonseca et Antonie Luiz prefatorum usque ad 4^{um} gradum quot ex annuo reddito predicto arbitrio ipsius Antonii Pinti manutenendi poterant percipi et admitti possent et deberent licentiam et facultatem apostolica auctoritatem concessit et impartitus fuit. Ac eidem Antonio Pinto quod pauperum iuvenum huiusmodi tertia pars de familia cognatione et agnatione Antonii de Fonseca et Antonie predictorum si tunc reperirentur qui vellent in illo studere existeret necnon quod nominato huiusmodi in ipsum introducendorum ad ipsum Antonium Pintum quoad viveret et eo vita functo ad personas per eum nominandas pro una medietate, pro alia vero medietate collegialium predictorum ad pro tempore existentem archiepiscopum Bracharensem et Colimbriensem ac Lamacensem episcopos pertineret nec alias quam sic nominate persone recipi in collegio (c. 16r) aut admitti possent vel deberent apostolica auctoritate indulsit ac etiam ita perpetuo statuit et ordinavit. Et insuper eidem Antonio Pinto ut quecumque statuta et ordinationes licita tamen et honesta et sacris canonibus et concilii Tridentini decretis non contraria ac ab ordinario examinanda et approbanda tam administrationem redditum huiusmodi quam collegii et scholarum in illo pro tempore recipiendorum qualitates conditiones numerum ac regimen gubernium salubrem directionem ac modum et formam temporisque spatium ipsis electoribus ac nominatoribus pro electione, nominatione collegialium huiusmodi si videretur prescribendum et prefigendum ac iuventum eorum negligentie electionem et nominationem huiusmodi ad alios nominatores trasferendum concernentia condendum et semel condita toties quoties rerum ac temporum qualitas sic requireret ac alias expediens videretur de consensu eiusdem ordinarii mutata et mutata de novo edere illaque publicare et observari facere valeret etiam licentiam et facultatem omnimodam concessit et impartitus fuit ipsumque Antonium Pintum ac eius heredes et successores a prestatione et assignatione annui redditus ex pecuniis hereditatis emendi et comparandi ad effectum distribuendi illum in pauperes (c. 16v) iuxta predicti Antonii de Fonseca voluntatem omnino absolvit et liberavit dicti Antonii de Fonseca predicti voluntatem quoad hoc mutando ac alias prout in litteris apostolicis felicis recordationis Gregorii pape XIII predecessoris nostri cum illarum expeditionem dicti Sixti obitus precessisset in forma rationi congruit sub datum idibus decembris anno primo confectis plenius continetur. Cum autem prefatus Antonius Pintus licet quamprimum potuit ad executionem dic-

tarum litterarum procedere voluisset ac statim ex nonnullis pecuniis ex actis annum redditum comparasset et etiam in predicta universitate Colimbriensi domos ad fabricam dicti collegii emisset, tamen morte preventus illus extruere et in eo collegiales introducere non potuit et ne pium hoc opus intermittere et negligi possit, sed ad debitum et felicem exitum perveniret et perduceretur ad id dilectum filium Franciscum Vaz Pintum presbiterum Bracharensem et predicti Antonii Pinti ex fratre nepotem de cuius virtute et prudentia et religionis zelo plurimum confidebat in suo quod condidit testamento addidit codicillo (c. 17r) nominavit et in sui loco substituit et deputavit, volens et ordinans quod dictus Franciscus ipsum collegium ad finem et exitum prout secum tractaverat perduceret omniaque ad id necessaria faceret et exequeretur. Quare predictus Franciscus pie Antonii Pinti predicti voluntate satisfacere et religiosum opus ad finem et debitam executionem perducere desiderans ut id maiori auctoritate et firmiori robore facere possit. Nobis humiliter supplicari fecit ut predictam nominationem de persona sua a prefato Antonio Pinto factam confirmare et approbare dignemur. Nos igitur iusta huiusmodi petitioni [sic] benigne annuens eundem Franciscum specialis favore gratie prosequi volentes huiusmodi supplicationibus inclinati nominationem huiusmodi de eiusdem Francisci persona a prefato Antonio Pinto ut prefertur apostolica auctoritate tenore presentium confirmamus et approbamus necnon ipsum Franciscum in eiusdem Antonii locum quo ad omnes et singulas facultates et auctoritates eidem Antonio per litteras predictas Sixti V concessas et indulgas constituimus et surrogamus ita ut prefatum collegium erigere illiusque fabricam construere ac pro prima erectione collegiales intromittere, rectorem et officiales (c. 17v) ponere et amovere statutum condere et alia que ad prosperum et salubre collegii prefati gubernium necessaria et opportuna videbuntur facere et ordinare prout valeat et debeat. Necnon collegii sic ut prefertur erecti eundem Franciscum quoad vixerit perpetuum et irrevocabilem illorumque bonorum et rerum administratorem constituimus, constituimus [sic] et deputamus. Dantes illi plenam et liberam facultatem omnes et quascumque pecuniarum summas rerum et bonorum qualitates et quantitates a quibusvis creditoribus exigendi et recipiendi et de receptis quietandi illasque ac redditus ipsos in usus dicti collegii convertendi ac alia quecumque pacta conventiones transactiones actus iudiciales et extraiudiciales omniaque et singula que ad dictum administrationis officium de iure seu de consuetudine spectant et pertinent aut spectare et pertinere poterint libere ac plenarie faciendum, gerendum et exercendum. Non obstantibus quibusvis constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac si opus sit dictorum testatorum voluntatibus ac predicti Sixti V seu Gregorii XIII litteris necnon quibuscumque legibus municipalibus, regalibus (c. 18r) et imperialibus, statutis et consuetudinibus etiam iuramento confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, privilegiis quoque indultis et litteris apostolicis etiam in favorem fabrice basilice principis apostolorum de Urbe et quibusvis personis collegiis et piis locis in contrarium premissorum quomodolibet concessis, confirmatis et approbatis. Quibus omnibus etiam si de illis specialis specifica et verbum expressa mentio habenda fore illis alias in suo robore permansuris hac vice dumtaxat specialiter et expresse derogamus ceterisque contrariis quibuscumque. Datum Rome apud Sanctum Marcum sub anulo piscatoris die prima septembris mdxcii pontificatus nostri anno primo". Volens ad presens idem dominus Franciscus Vaz Pintus ad executionem omnium premissorum devenire litterisque, gratiis, privilegiis, facultatibus et auctoritatibus per dictos summos pontifices concessis uti habita prius superinde provida et matura consideratione, invocata prius gratia Spiritus Sancti ad honorem et laudem

omnipotentis Dei et sancti Antonii de Padua sub cuius invocatione et vocabulo capella prout infra fundanda erit ac sancte|(c. 18v) catholice et militantis Ecclesie utilitatem et decorem fideique augmentum sponte et ex eius certa scientia ac spontanea voluntate omnibusque melioribus iure, modo, via et forma quibus et prout melius dici, fieri et esse potuit intervenientibus quibuscumque solemnitatibus tam iuris quam facti debitis et opportunis et in similibus apponi solitis et consuetis tam de iure quam de stylo et consuetudine unum collegium scholarium in universitate Colimbriensi in sacra theologia, utriusque iure ac medicina studentium et dictas facultates profitentium quod nominari debeat collegium Romanum cum una capella sub invocatione sancti Antonii de Padua cum sua bibliotheca bene instructa, competentibus edificiis, mobilibus et ornamentis necessariis creavit, erexit, instituit et fundavit dictarum preinsertarum litterarum apostolicarum vigore per presentesque creat, erigit, instituit et fundat, creatum, erectum, institutum et fundatum esse voluit et declaravit cum annuis redditibus, assignamentis, fructibus et proventibus domibusque de quibus in preinsertis litteris fit mentio cum infrascriptisque capitulis, prohibitionibus, ordinationibus et legibus|(c. 19r) inviolabiliter observandis et primo idem dominus Franciscus Vaz Pintus fundator perpetuusque administrator ipius collegii rerumque et bonorum suorum quorumcumque illud sic institutum et erectum supposuit et submisit submittitque et supponit protectioni et immediate iurisdictioni et correctioni summi Romani pontificis et sancte Sedis apostolice. Vultque et declarat illius personas, res et bona sub dicta immediata protectione et iurisdictione fore et existere, necnon illius alumnos et sodales perpetuis futuris temporibus in obedientia et reverentia predictorum Romanorum pontificum ac dicte Sedis futuros et permansuros illiusque auctoritatem et fidem defensuros ac viribus omnibus conservaturos.

2. Voluitque atque ordinavit quod in dicto collegio sic erecto et instituto introduci stare ac manuteneri debeant vigintiquattuor scholares qui corpus prefati collegii constituent, videlicet sex qui sacram theologiam, duodecim qui medicinam profiteantur. Sint preterea duo capellani probis moribus imbuti et in presbiteratus ordine constituti. Sintque denique quattuor familiares pro servitio dictorum scholarium ita ut sint in predicto collegio|(c. 19v) omnes numero triginta persone que simul cohabitare et ex fructibus et redditibus dicti collegii sustentari et alias sub regulis, ordinationibus et statutis per eundem dominum Franciscum nunc et pro tempore et prout et quando occasio suadebit et temporum qualitas requireret et alias expediens ipsi Francisco fundatori et perpetuo administratori pro salubri et felici gubernio et regimine dicti collegii condendis et deputandis vivere et degere debeant et teneantur.

3. Voluit preterea atque ordinavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus quod presentatio seu nominatio dictorum vigintiquattuor collegialium in dicto collegio introducendorum pro primeva illius erectione et plantatione ad eundem tamen spectat et pertineat prout sibi concessum fuit in litteris sanctissimi domini nostri Clementis et deinde perpetuis futuris temporibus spectet et pertineat, videlicet pro una medietate ad personam seu personas per eum quandocumque nominandam et declarandam seu nominandas et declarandas. Pro alia vero medietate dicta nominatio seu presentatio collegialium pertineat et spectet ad reverendissimos patres ac dominos archiepiscopum Bracharensem et Columbriensem|(c. 20r) ac Lamacensem episcopos pro tempore existentes et eorum sedibus vacantibus ad capitula ecclesiarum respective ita ut ad eundem dominum Franciscum Vaz Pintum eius vita durante et deinde ad personas per eum nominandas spectet nominatio et presentatio trium collegialium qui sacram theologiam, sex qui ius canonicum, duorum qui ius

civile et unius qui medicinam profiteantur qui sunt omnes numero duodecim. Ad reverendissimum vero archiepiscopum Bracharensem spectet nominatio et presentatio unius collegialis qui sacram theologiam duorum qui ius canonicum et unius qui medicinam profiteantur. Ad reverendissimum episcopum Colimbriensem unius theologie, duorum ius canonici et unius iuris civilis professorum. Ad reverendissimum episcopum Lamacensem unius etiam qui theologiam, duorum qui ius canonicum et unius qui ius civile profiteantur et sunt pro alia medietate numero etiam duodecim.

4. Voluit preterea et ordinavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus iuxta formam litterarum predictorum pontificum quod collegiales prefati omnes debeant esse et nominare ex incolis provinciarum de Beyra, Interamnensi et Transmontana l(c. 20v) regni Portugallie ita ut tam idem dominus Franciscus Vaz Pintus et illius in dicta nominatione successores, quam etiam predicti reverendissimi presules debeant nominare personas que in qualibet ex dictis provinciis note sint licet postea ille illorumve parentes alio domicilium mutaverint.

5. Voluit preterea et ordinavit quod collegiales predicti in dicto collegio introducendi sint etatis ad minus viginti annorum, ex legitimo matrimonio procreati, ex honestis parentibus qui nullam sordidam artem exeruerint intra quartum gradum ab antiquis et veteribus christianis orti bone indolis bonisque moribus prediti nullo crimine quod de iure infamiam inferat notati, nulli ordini regulari obnoxii, nullo perpetuo aut contagioso morbo infecti, cuius in collegio non sit alius frater germanus qui ita pauper sit ut non habeat in redditibus propriis centum cruciatos monete Portugallie licet illius parentes alias sint divites.

6. Voluit preterea idem dominum Franciscus Vaz Pintus atque ordinavit quod collegiales in dictum collegium l(c. 21r) introducendi sint bene instructi et periti in lingua latina et in ea examen subire cum rigore teneantur. Atque item debeant videlicet qui sacram theologiam vel medicinam profiteri tenentur in philosophia seu ut vocant artes operam dedisse per triennium et approbationem habere ab universitate Colimbriensi ad audiendas dictas facultates theologie aut medicine. Qui vero in utroque iure studere debent, habeant completa tria curricula seu tres cursus illius facultatis cui incumbere tenentur in aliqua universitate approbata, vel etiam in artibus ita tamen ut ex illis saltem unus cursus sit completus in universitate Colimbriensi ut sic de illius vita et moribus maior notitia haberi possit.

7. Voluit preterea et ordinavit quod nominatores et presentatores scholarium tam prelati quam alii debeant suam nominationem facere in scriptis et patentibus litteris propria manu subscriptis et sigillo signatis in quibus nomen et cognomen presentati ac patris et matris necnon patrie exprimatur et cum illis ad collegium mittatur. l(c. 21v) In quo per rectorem et consiliarios videantur et iudicentur et quod presentator prelati vel secularis qui fuerit extra regem non possit presentare quandiu taliter absens fuerit sed, eo casu, provisio collegiature vacantis devolvatur ad ipsum collegium ea forma facienda que infra prescribetur.

8. Voluit preterea et ordinavit quod ultra primam nominationem pertinentem ad prefatum dominum Franciscum Vaz Pintum vigore preinsertarum litterarum sanctissimi domini nostri Clementis deinde perpetuis futuris temporibus ne diutius collegiaturas et loca predicta vacare contingat occurrente vacatione cuiuslibet collegiature aut loci rector collegii et consiliarii teneantur sub pena periurii infra mensem per suas patentes litteras et percertum nuntium destinadas certiore facere eum ad quem talis collegiature et loci vacantis nominatio et presentatio pertinet de huiusmodi vacatione et de tali intimatione et certificatione fiat per notarium publicum fides cum duobus l(c. 22r) testibus. Presentator autem infra alium mensem a die intimationis predictae teneatur facere presentationem et nominationem quod si non fecerit provisio devolvatur ad collegium. Nominatus vero si

presentatus infra alium mensem se personaliter cum ea in collegium presentare debeat nisi iusta causa, fuerit impeditus alias illi nullatenus suffragetur et provisio item devolvatur ad collegium.

9. Quod si littere presentationis huiusmodi infra supradictum tempus fiant et in collegio presentate fuerint sed non in suprascripta forma detur alius mensis ad faciendam aliam presentationem.

10. Si vero littere presentationis approbate fuerint, procedatur ad examen presentati hac forma ut si fuerit theologus vel medicus post diligens examen circa linguam latinam assignetur punctus in physica aut metaphysica ex quo tres conclusiones eliciat et eas defendere teneatur eo ordine et forma quo solent defendi in actu bachalaureatus in universitate Colimbriensi infra spatium vigintiquatuor horarum. Si fuerit iurista similiter post examen | (c. 22v) in lingua latina, assignetur textus videlicet canoniste in decretalibus et legiste in codice ex quo tres etiam ad minus eliciat conclusiones quas eodem temporis spatio defendere teneatur ea forma et ordine quo defenduntur in actu conclusionum in universitate Colimbriensi in quinto anno et super approbatione votetur per totum collegium per vota secreta. Et si fuerit reprobatus, detur locus presentatori ad presentandum alium infra tempus suprascriptum quod, si presentator noluerit acquiescere iudicio collegii, iterum examinetur presentatus coram universitatis cathedratico primario illius facultatis cuius est collegiatura qui, si concurrat saltem cum tertia parte votorum ad illum approbandum, censeatur approbatus sin minus omnino excludatur et provisio devolvatur ad collegium et in prefato examine non solum attendi debeat scientia scholaris, sed etiam ingenium et spes que de eo concipi potest in futurum.

11. Facto vero examine et sumpta approbatione | (c. 23r) statim eligatur unus ex collegis qui se conferat ad patriam presentati et ibi diligenter inquireat de qualitibus suprascriptis sigillatim tantum quantum sufficiat ad veritatem inquirendam etiam si oporteat ad alia loca et terras traseire, dummodo non extra regnum Portugallie et Algarbiorum inquisitiones et probationes huiusmodi clause reportentur et sic consignentur rectori collegii, rector vero illas in capella coram consiliariis aperire et postea ipse eas privatim legere et apud se in carta notare ea que notanda viderit et deinde tradere eas singulis consiliariis qui similiter eas privatim videre et notare debeant, item ut per tres saltem ita examinentur et postea reportentur ad plenam congregatione totius collegii coram qua rector et deinde consilarii sententias suas exponant et super ea votetur per omnes per vota secreta et, si oportuerit ad informationem legere aliqua capita dictarum informationum, publice legantur et, si approbate fuerint a maiori parte, statim admittantur presentatus. Si vero fuerint reprobate | (c. 23v) iterum scribatur presentatori et, si videbitur expediens, declaretur causa ob quam reprobat et, si acquieverit iudicio collegii, iterum presentetur et fiant reliqua ut supra. Si non acquirerit illustrissimus dominus rector universitatis seu illius locum tenens videat probationes et super illis sententiam ferat cum duobus adiunctis unum per collegium et alium per presentatorem eligendis et, si contra probationes sententiam ferant, provisio devolvatur ad collegium; sin vero ad illarum favorem pronunciaverint, presentatus admittantur [sic]. Pro quibus omnibus spatium quatuor mensium prescripsit.

12. Voluit preterea atque ordinavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus quod in omnibus casibus in quibus provisio collegiaturarum devolvitur ad collegium servetur in provisione infrascripta forma videlicet quod infra mensem apponentur edicta super collegiatura vacante ad valvas universitatis et ecclesiarum Bracharensium et Lamacensium et expectato mense a die affixionis, infra illum dent nomina | (c. 24r) et cognomina propria parentum

et patrie que excipiuntur per secretarium collegii votato die presentationis in libro ad id deputato. Voluitque quod nullus ad concursum admittatur nisi graduatus gradu bachelareati ea facultate de qua est collegiatura vacans. Peracto mense, procedatur ad examen concurrentium et detur punctus ad lectionem eo modo et forma qua fit et servatur in aliis collegiis sancti Pauli et sancti Petri eiusdem universitatis et finitis lectionibus omnibus, notetur per vota secreta super singulis eo ordine quo nomina dederunt et tres illi qui plura vota reportaverint ascribant in libro notando quis primo loco, quis 2° et quis 3° fuit approbatus et statim eligetur unus collega qui vadit ad patriam primi approbati et conficiat probationes super qualitatibus illius ut supra. Illasque clausas reportet et de illis fiat iudicium in forma suprascripta. Et si fuerint approbate, hiis admittatur. Si vero fuerint reprobate, alius collaga mittatur ad patriam secundi et similiter faciat, reportet et iudicium feratur super illis. l(c. 24v) Et si ille reprobate fuerint, similiter fiat de 3° et ista omnia fiant infra tempus quatuor mensium. Et si omnes reprobentur, iterum apponantur edicta et fiant reliqua de novo quousque reperiat unus qui sit idoneus iuxta premissa. Idque infra alios quatuor menses.

13. Voluit preterea et ordinavit quod, si collegium in casibus in quibus ad illum provisio devolvitur ita negligens fuerit ut infra annum a die quo devolutio locum habuit non provi [sic] cum effectu iterum redeat ad nominatorem seu presentatorem ad quem alius spectabat dicte collegiature presentatio et possit de novo presentare et iure suo uti.

14. Voluit preterea et ordinavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus quod tertia pars collegialium in dicto collegio introducendorum sint de familia, agnatione et cognatione domini Antonii de Fonseca et eius uxoris Antonie Luis in quavis mundi parte existentium et ubicumque natorum et repertorum usque ad quartum gradum si tot reperiantur qui in eo velint studere. Pro alia vero parte l(c. 25r) sint de familia, cognatione et agnatione domini Antonii Pinto infra quartum gradum similiter ubicumque nati et reperti fuerint si tot etiam reperiantur qui in eo velint studere et hi omnes non teneantur facere probationes super qualitatibus supra prescriptis in capitulo v quod incipit: "Voluit preterea et ordinavit quod collegiales predicti" nisi huiusmodi quod sint de predictis familiis in illis gradibus et bene periti in lingua latina bonisque vita et moribus predicti.

15. Quare voluit et ordinavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus quod prelati presentatores teneantur presentare quilibet unum de familia Antonii de Fonseca aut Antonie Luis. Reliquos autem quinque teneantur presentare idem dominus Franciscus Vaz Pintus et presentatores qui illi successerint et semper illi de familia Antonii de Fonseca et Antonie Luis preferantur in presentatione et admissione quandiu numerus 3e partis non sit impletus, ita ut occurrente vacatione collegiature spectantis ad presentationem alicuius ex dictis prelati a quo nullus l(c. 25v) de familiis prefatis in collegio sit presentatus si compareat aliquis de dictis familiis qui petat presentationem eum teneatur presentare et si concurrant plures eligat quem voluerit. Si vero occurrat vacatio cuiusvis alterius collegiature cuius presentatio ad eundem dominum Franciscum aut illius successores spectet et in collegio quinque de dictis familiis per eundem dominum Franciscum seu illius successores presentati tunc si se offerat aliquis ex iisdem familiis qui petat presentationem eum presentare teneatur et, si concurrant plures, eligant quem maluerint. Aliter vero facta presentatio seu provisio sit nulla et provisio devolvatur ad collegium quo ad illos vero de familia domini Antonii Pinto predictus dominus Franciscus Vaz Pintus et illius successores tantum gravati sint et censeantur ad illos presentandos non autem prelati presentatores et concurrentibus pluribus de dicta familia domini Antonii Pinto et Antonie uxoris dicti Antonii electio sit penes presentatorem. l

(c. 26r) 16. Item declaravit et voluit quod in illis casibus in quibus provisio devolvitur ad collegium si aliquis de predictis familiis tam Antonii de Fonseca quam Antonii Pinto compareat et petat se admitti dummodo numerus 3e partis de illa familia non sit plenus teneantur illum admittere absque consensu et procedere eo modo. Ac si fuisset presentatus et alias facta provisio sit nulla.

17. Voluit preterea atque ordinavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus quod collegiales predicti in dictum collegium introducendi non possint stare in collegio nisi per spatium novem annorum tamen exceptis illis de dictis familiis de Fonseca et Pinto et Antonie qui possint stare et manere spatio duodecim annorum. Quibus novem annis finitis debeant exire et collegiature ipse censeantur vacare ita ut ad illas presentatio fieri possit rectorque sub pena periurii teneatur finito dicto novennio et duodecimo supradictis monere quemlibet ut exeat a collegio et si is fuerit contumax, possit recurrere ad reverendissimum episcopum Colimbriensem qui sibi prestat auxilium.

18. Voluit preterea idem dominus Franciscus Vaz | (c. 26v) Pintus quod nominatio duorum capellanorum in collegio introducendorum spectet et pertineat ad ipsummet eius vita durante et post ipsius obitum ad personam seu personas per eum nominandas et quod dicti capellani teneantur et sint obligati ad ea munera obtinenda que sibi in statutis per eum ordinandis imposita fuerint. Et quod sint examinati in ceremoniis ecclesiasticis et cantu de ordine rectoris et consiliariorum et nisi fuerint sufficientes, non admittantur et quod non possint stare in collegio nisi per septem annos quibus finitis ab eo expellantur.

19. Item voluit quod nominatio et electio quatuor familiarium pro servitio collegii introducendorum spectet et pertineat ad ipsummet collegium quam per vota secreta facere teneantur et familiares sint etatis XXII annorum bonis moribus preediti qui latinam linguam probe noverint et nulla iuris aut facti infamia notentur et ad arbitrium maioris partis collegii possint expelli.

20. Voluit preterea atque ordinavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus probe considerans eam esse humanarum rerum conditionem ut ea que optime et salubriter instituta maximaque consideratione ordinata fuerunt plerumque vel temporum conditione vel hominum malitia | (c. 27r) in deterius prolabantur atque ruant quantum fieri possit morum integritas et optimarum artium studium in hoc collegio p[...] florere et inde uberes in agro domini iugiter pervenire, desiderans quod post ipsius obitum perpetuis futuris temporibus singulis annis reverendissimus episcopus Colimbriensis possit et debeat ac potestatem et facultatem habeat in die festo Sancti Antonii de Padua aut per octavam festi collegium adire singula invisere seque diligenter informare si que sint que correctione et emendatione indigeant, tamcirca vitam et mores dictorum collegialium capellanorum et familiarium quod circa litterarum studium statutorum observantia et redditum expensarum et que de consensu maioris partis collegii emendanda et corrigenda viderit, emendare et corrigere possit et valeat. Si vero ita res in deterius prolapse sint (quod Deus avertat) ut collegium formaliter visitari ac reformari debeat prefatus reverendissimus dominus episcopus possit id santissimo Romano pontifici, vel eius legato in regno Portugallie significare ut apostolica auctoritate deputetur visitator qui insimul cum eodem reverendissimo Colimbriensi episcopo collegium visitare, reformare ac corrigere tam | (c. 27v) in capite quam in membris et que statuenda viderint statuere. Dummodo nihil de iis que in hoc instrumento creationis stabilita sunt immutare aut alterare possint, nisi prius id quod mutandum viderint specialiter et expresse summo pontifici significant, declarando prohibitionem huiusmodi factam in instrumento erectionis collegii et alias facta omnia sint nulla et nullius vigoris.

21. Voluit preterea atque mandavit idem dominus Franciscus Vaz Pintus ut eo melius et commodius novum hoc collegium plantare instrui et informari cum benedictione Domini possit et valeat, quod eius vita durante reverendissimi prelati presentatores teneantur ad ipsummet dirigere presentationes et nominationes collegialium idemque dominus Franciscus Vaz Pintus per se ipsum aut ab eo deputandum seu deputandos possit et valeat iudicare et arbitrari tam super forma dictarum presentationum quam super qualitatibus, idoneitate, examine, vite et moribus ac alias qualitates in presenti instrumento et statutis desuper faciendis stabilitas et prescriptas. Item sibi reservavit provisionem|(c. 28r) collegiaturarum in e[...]tionis ad ipsum collegium necnon om[...] plenam auctoritatem et facultatem [...] de personis, rebus ac bonis dicti lo[...] circa ea omnia per se vel alios gubernandi, constituendi et reformandi rectorem et alios officiales ponendi et amovendi et de illius consensu electos confirmandi vel infirmandi, discolos castigandi, mulctandi et, si opus fuerit, expellendi nova statuta circa gubernationem dicti collegii illiusque personarum, rerum et bonorum condendi, publicandi et observari faciendi eaque totius quoties sibi visum fuerit mutandi, alterandi, reformandi, cassandi et annullandi et alia de novo condendi ut supra dictum fuit.

Super quibus ordinationibus, statutis, conditionibus et dispositionibus idem dominus Franciscus Vaz Pintus dixit se instituisse, erigisse, fundasse dictum collegium in civitate Colimbriensi ac institutum, erectum et fundatum esse et existere cum predictis dote et assignamento fructuum, reddituum et proventuum extrahendorum et provenientium singulis annis ex hereditate et bonis dicti quondam Antonii Fonseca et alias iuxta formam preinsertarum litterarum apostolicarum|(c. 28v) dixit et declaravit [...] idem reverendus pater dominus Franciscus Vaz Pintus petiit a me notario etc. unum vel plura etc. Actum Rome in regione Arenule ubi supra presentibus ibidem audientibus et intelligentibus reverendis dominis Petro Alphonso de Vasconcellis, archidiacono de Orola in ecclesia Elborensi, Matthia de Silva de Maneses, archidiacono de Nevia in ecclesia Bracharensi, Michaelae de Lobanna, presbytero Ulixbonensi, domino Hectore Viara, canonico Lamacensi, Odoardo de Costa de Silva, clerico Ulixbonensi, fratre Gregorio Nunio ordinis sancti Augustini Heremitarum et don Antonio de Plagis canonico regulari sancti Augustini, omnibus Lusitanis testibus etc.

Cod. 50-v-32, fols. 4-28v, BA.

Document 3

/f. 141r/ Dilecto filio Francisco Vaz Pinto presbytero Bracharensi
Clemens papa VIII

Dilecte fili salutem, etc. Confirmavimus nuper et approbavimus nominationem ac substitutionem per quondam Antonium Pintum patruum tuum de persona tua factam, ad instituentum et perficiendum collegium ex bonis hereditariis per quondam Antonium de Fonseca relictis, iuxta felicis recordationis Sixti V predecessoris nostri literas sub certis modo et forma tunc expressis construendum, ac te in perpetuum et irrevocabilem collegii huiusmodi illiusque bonorum et rerum administratorem constituimus, teque in ipsius Antonii Pinti locum, quo ad omnes et singulas facultates et auctoritates eidem per dictum Sixtum predecessorem concessas subrogavimus. Volentes itaque pium hoc collegii opus ad optatum finem, Deo adiuvante, quanto citius perducere ac haereditarias pecunias et bona dicti quondam Antonii de Fonseca non nisi pro ipsius collegii fabrica et manutentione scholarium et personarum inibi iuxta dictas literas Sixti V introducendarum expendi. Tibi sub administrationis huiusmodi amissione et aliis a nobis imponendis poenis praecipimus et mandamus, quatenus omnes et quascumque pecuniarum summas, quae ex bonis dictae haereditatis rediguntur, aut a debitoribus haereditatis tam in Urbe quam in Portugalliae et Hispaniarum partibus, aut alias ubique locorum exiguntur, seu per te aut dictum Antonium Pintum aut procuratores vestros hactenus exactae fuerunt, dictaeque haereditatis fructus et redditus pro tempore percipiendos in partibus quidem illis penes mercatorem seu bancharium, aut locum per venerabilem fratrem Colimbriensem episcopum deputandum tibi que notificandum, in Urbe vero et aliis locis huiusmodi penes Montem pietatis de Urbe deponere debeas. Tibique sub eisdem poenis expresse prohibemus et interdicens, ne pecuniarum et reddituum huiusmodi aliquam, etiam modicam summam inde levare et amovere, nec per te ipsum expendere audeas et praesumas, sed per dictum Montem ac mercatorem seu locum ad id constitutum, cum expresso tamen mandato et ordine tuo, aut personarum a te ad hunc /f. 141v/ effectum specialiter deputandarum pro ipsius collegii fabrica communibusque collegii scholarium ac personarum illius necessitatibus et utilitatibus tantum, et non in alios usus, quibus, quando et quoties opus fuerit persolvantur. Mandantes etiam, ut omnium et singularum pecuniarum et reddituum penes dictum Montem et mercatorem aut locum deponendorum et, ut supra, erogandorum particularia computa tam per te, quam per dictum Montem et mercatorem seu locum, teneantur ac libri mercantili more diligenter custoditi habeantur, ut dati et accepti ratione, quando opus fuerit, exhiberi possint et valeant. Et ita inviolabiliter per te et dictum Montem, mercatorem et locum observari volumus ac per quoscumque iudices ordinarios et delegatos, quavis auctoritate fungentes, sublata eis quavis aliter iudicandi facultate, iudicari et difiniri debere decernimus, necnon irritum et inane quicquid secus super hiis quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus constitutionibus, ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque.

Datum Romae, apud S. Marcum, die primo martii 1593, anno 2°.

Sanctissimus dominus noster mandavit expediri.
S. cardinalis Lancelotus

M. Vestrius Barbianus

Document 4

/f. 142r/ Dilecto filio Francisco Vaz Pinto presbytero Bracharensi secretario apostolico
Clemens papa Octavus

Dilecte fili salutem, etc. Confirmavimus nuper et approbavimus nominationem ac substitutionem per quondam Antonium Pintum patrum tuum de persona tua factam ad instituendum et perficiendum collegium ex bonis haereditariis per quondam Antonium de Fonseca relictis iuxta felicitis recordationis Sixti Quinti praedecessoris nostri literas sub certis modo et forma tunc expressis construendum, ac te in perpetuum et irrevocabilem collegii huiusmodi illiusque bonorum et rerum administratorem constituimus. Teque in ipsius Antonii Pinti locum, quoad omnes et singulas facultates et auctoritates eidem per dictum Sixtum praedecessorem concessas subrogavimus. Volentes itaque pium hoc collegii opus ad optatum finem, Deo adiuvante, quanto citius perducere ac haereditarias pecunias et bona dicti quondam Antonii de Fonseca non nisi pro ipsius collegii fabrica et manutentione scholarium et personarum inibi iuxta dictas literas Sixti Quinti introducendarum expendi, tibi sub administrationis huiusmodi amissione et aliis a nobis imponendis poenis praecipimus et mandamus, quatenus omnes et quascumque pecuniarum summas, quae ex bonis dictae hereditatis redigentur, aut a debitoribus haereditariis, tam in Urbe quam in Portugallie et Hispaniarum partibus, aut alias ubique locorum exigentur, seu per te aut dictum Antonium Pintum aut procuratores vestros hactenus exactae fuerint, dictaeque haereditatis fructus et redditus pro tempore percipiendos in partibus quidem illis penes mercatorem seu bancharium aut locum per venerabilem fratrem Colimbriensem episcopum duputatum tibi que notificandum, in Urbe vero et aliis locis huiusmodi penes Montem pietatis de Urbe deponere debeas, tibi que sub eisdem poenis expresse prohibemus et interdiciamus, ne pecuniarum et reddituum huiusmodi aliquam, etiam modicam summam inde levare, nec per te ipsum expendere audeas et praesumas, sed praedictum Montem ac mercatorem, seu locum ad id constituto, cum expresso tamen mandato et ordine tuo, aut personarum a te ad hunc effectum specialiter deputandarum pro ipsius collegii fabrica communibusque collegii scholarium ac personarum illius necessitatibus et utilitatibus tantum et non in alios usus, quibus, quando et quoties opus fuerit, persolvantur. Mandantes etiam, ut omnium et singularum pecuniarum et reddituum penes dictum Montem et mercatorem, aut locum deponendorum et, ut supra, erogandorum particularia computata tam per te, quam /f. 143r/ per dictum Montem et mercatorem seu locum teneantur, ac libri mercantili more diligenter custoditi habeantur, ut dati et accepti rationes, quando opus fuerit, exhiberi possint et valeant. Et ita inviolabiliter per te et dictos Montem, mercatorem et locum observari volumus ac per quoscumque iudices ordinarios et delegatos quavis auctoritate fungentes, sublata eis aliter iudicandi facultate, iudicari et deffiniri debere decernimus, nec non irritum et inane quicquid secus super his quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attentari. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque.

Dat. Romae, apud Sanctum Marcum, sub annulo piscatoris, die primo martii 1593, anno primo.

M. Vestrius Barbianus

Die quinta martii 1593, ego Marcellus Vestrius Barbianus, secretarius sanctissimi domini nostri Clementis divina providentia papae VIII, contuli me ad domum illustris et reverendi patris domini Francisci Vaz Pinti, presbyteri Bracharensis, secretarii apostolici, et de mandato eiusdem sanctissimi domini nostri eidem presentavi breve originale superscriptum ei-

dem reverendo patri domino Francisco directum, illiusque tenorem et continentiam eidem perlegi. Qui ea qua decuit reverentia dictum breve recepit et tanquam obedientię filius super caput proprium imposuit et se in omnibus mandatis sanctitatis suae obtemperaturum dixit.

M. Vestrius Barbianus

M. Vestrius Barbianus

Secretaria Brevium 201, fols. 142r-143r, AAV.

Document 5

/f. 149r/

Venerabili fratri episcopo Colimbriensi
Clemens papa VIII

Venerabilis frater salutem, etc. Felicis recordationis Sixtus V predecessor noster ex certis causis tunc expressis testamentariam voluntatem quondam Antonii de Fonseca, civis Lamacensis in Urbe commorantis, comutavit, et mandavit quondam Antonio Pinto, clerico Bracharensi et referendatio apostolico, dicti Antonii de Fonseca haeredi, ut ex haereditariis pecuniis et bonis per dictum dominum Antonium de Fonseca relictis unum collegium scholarium in civitate Colimbriensi seu Salamantina construi et aedificari faceret, et in illud scholares certo tunc expresso modo qualificati recipi deberent, et alias prout in dictis literis plenius continetur. Cumque idem Antonium Pintus ex nonnullis pecuniis exactis certum annuum redditum et quasdam domos pro fabrica dicti collegii emisset, tamen morte preventus illud extruere non potuit, et ad id dilectum filium Franciscum Vaz Pintum, presbiterum Bracharensensem, ipsius ex fratre nepotem, secretarium apostolicum, nominavit et sui loco substituit. Nosque nominationem huius approbavimus ipsumque Franciscum in eiusdem Antonii Pinti locum quoad omnes et singulas facultates et auctoritates eidem Antonio Pinto per dictum Sixtum praedecessorem concessas, prout in nostris desuper editis literis, subrogavimus. Volentes autem, ut pium hoc opus quanto citius ad finem perducat, et suum debitum sortiatur effectum, fraternitati tuae, de qua plurima in Domino confidimus, collegii huiusmodi negotia commendatum in primis esse volumus, et insuper per presentes committimus et mandamus, ut mercatorem aliquem seu bancherium vel aliquem locum fide et facultatibus idoneum tibi benevisum in partibus Hispaniarum seu Portugalliae existentem auctoritate nostra quamprimum nominare et deputare debeas, penes quem dictus Franciscus pecunias et fructus dictae haereditatis iuxta formam eidem per nos praescriptam deponere debebit. Quod fraternitas tua, pro ea, quam erga Sedem apostolicam geris, reverentia, sedulo curare et nobis significare non desistet. Datum Rome, apud S. Marcum, die primo martii 1593, anno 2°.

Sanctissimus dominus noster mandavit expediri.
S. card. Lancellottus

Duplicatum

M. Vestrius Barbianus

Secretaria Brevium 201, fols. 149r, AAV.

**Document 6**

/f. 150r/

Venerabili fratri episcopo Colimbriensi
Clemens papa VIII

Venerabilis frater salutem, etc. Felicis recordationis Sixtus V predecessor noster ex certis causis tunc expressis testamentariam voluntatem quondam Antonii de Fonseca, civis Lamacensis et Urbe commorantis, commutavit, et mandavit quondam Antonio Pinto, clerico Bracharensi et referendatio apostolico, dicti Antonii de Fonseca haeredi, ut ex haereditariis pecuniis et bonis per dictum dominum Antonium de Fonseca relictis unum collegium scholarium in civitate Collimbriensi seu Salamantina construi et aedificari faceret, et in illud scholares certo tunc expresso modo qualificati recipi deberent, et alias prout in dictis literis plenius continetur. Cumque idem Antonium Pintus ex nonnullis pecuniis exactis certum annum redditum et quasdam domos pro fabrica dicti collegii emisset, tamen morte praeventus illud extruere non potuit, et ad id dilectum filium Franciscum Vaz Pintum, presbiterum Bracharensensem, ipsius ex fratre nepotem, secretarium apostolicum, nominavit et sui loco substituit. Nosque nominationem huius approbavimus ipsumque Franciscum in eiusdem Antonii Pinti locum quoad omnes et singulas facultates et auctoritates eidem Antonio Pinto per dictum Sixtum praedecessorem concessas, prout in nostris desuper editis literis, subrogavimus. Volentes autem, ut pium hoc opus quanto citius ad finem perducatur, et suum debitum sortiatur effectum, fraternitati tuae, de qua plurima in Domino confidimus, collegii huiusmodi negotia commendatum in primis esse volumus, et insuper per presentes committimus et mandamus, ut mercatorem aliquem seu bancherium vel aliquem locum fide et facultatibus idoneum tibi benevisum in partibus Hispaniarum seu Portugalliae existentem auctoritate nostra quamprimum nominare et deputare debeas, penes quem dictus Franciscus pecunias et fructus dictae haereditatis iuxta formam eidem per nos praescriptam deponere debebit. Quod fraternitas tua, pro ea, quam erga Sedem apostolicam geris, reverentia, sedulo curare et nobis significare non desistet. Datum Rome, apud S. Marcum, die primo martii 1593, anno 2°.

Die quinta martii 1593, ego Marcellus Vestrius Barbianus, secretarius sanctissimi domini nostri Clementis divina providentia papae VIII, contuli me ad domum illustris et reverendi patris domini Francisci Vaz Pinti, presbyteri Bracharensis, secretarii apostolici, et de mandato eiusdem sanctissimi domini nostri eidem notificavi suprascritum breve episcopo Colimbriensi directum, illiusque tenorem et continentiam perlegi, ipsumque breve originale dimisi.

M. Vestrius Barbianus

M. Vestrius Barbianus.

Secretaria Brevium 201, fol. 150r, AAV.

Document 7

³⁵ Dom Philippe etc faço saber aos que esta minha carta virem que por parte do Deão e Thesoureiro da sé da cidade de Lamego e prouedor da Misericordia da dita cidade me forão apresentado [sic] dous padrões per que Antonio Pinto já falecido tinha hum conto de reis de juro dos quaes o treslado hum apos outro he o seguinte

¶ Dom Philippe etc. faço saber aos que esta minha carta virem que eu passej hum meu aluará per que ouue por bem por alguns respeitos mamdar vender de minha fazenda dous contos e quinhentos mil reis de tenças de juro às pessoas que as quisessem comprar de preço de dezaseis mil reis o milheiro a condição de retro e o dinheiro que se por ellas desse se entregasse ao thesoureiro d arca do dinheiro de meus assentamentos e se caregasse sobre elle em Receita como se contem no dito aluará de que o treslado he o seguinte

¶ Eu El rej faço saber aos que este aluará virem que por alguns justos respeitos ej por bem que de minha fazenda se uendão dous contos e quinhentos mil reis de juro e as pessoas que os quizerem comprar a preço de dezaseis mil reis o milheiro a condição de reto e o dinheiro que se nisso montar será entregue ao thesoureiro do dinheiro da arca de meus assentamentos e se caregará sobre elle em Receita pelo escriuão de seus cargos da dita Receita e se passará conhecimento em forma a cada hũa das ditas pessoas do juro que comprar Notefico o assy e mando a Dom Duarte de Castelo Branco Condo [sic] do Sabugal meirinho mor destes Reinos do meu Conselho d estado e Vedor da minha fazenda que della venda os ditos dous contos e quinhentos mil reis de juro a condição de retro ao dito preço às pessoas que o quizerem comprar e faca entregar o dinheiro que nisso montar ao dito thesoureiro da arca e carregar sobre elle em Receita como dito he e passar conhecimento em forma às pessoas que os comprarem se lhes farão seus padrões a cada hum do juro que comprar e por elles se lhes assentará onde as partes quizerem, e hauendo respeito às causas por que mando vender estes dous contos e quinhentos mil reis de juros ej por bem que primeiro que se rimão [sic] e se desempenhe outra tanta quantia dos juros de lhos que estiuerem vendidos a retro ao dito preço e este não passará pela chancelaria sem embargo da ordenação em contrario João Aluarez o fez em Lixboa a dezoito de mayo de mil e quinhentos e oitenta e noue E eu Manuel d azeuedo o fiz escrever.

¶ Com o qual aluará por parte do Doctor Antonio Pinto do meu Conselho e meu desembargador do paço me foi apresentado hum conhecimento em forma de Lourenço de Caceres thesoureiro do dito dinheiro da arca de contia de noue contos e seiscentos mil reis per que comprou seiscentos mil reis de juro dos dous contos e quinhentos mil reis que pello dito aluará mandej que se vendessem de minha fazenda como continha no dito conhecimento em forma de que outrosy o treslado he o seguinte

³⁵ The following appears in the margin: "Deão e thesoureiro da sé de Lamego. Sendo mandado notificar o deão tizourejro da sé de Lameguo e o prouedor da Misericordia da dita cidade per mandado do Conde de Portalegre per seu despacho do 1.º d outubro de 621 se querião distratar ou consentir que se redusise este juro a rezão de vinte mil o milhar elles o não fizerão dentro no tempo que lhe foy limitado e portanto elle Conde os ouue por redusidos ao dito preço e mandou se fisesse conta do que montase e em que auia de ficar e feita achou se ficar em oitocentos mil reis e tantos hão d auer cada ano que foy a causa de se por aquy esta uerba em uirtude do dito despacho Lixboa e de dezembro 6. de 624. Gaspar Aluarez Lousada".

¶ Recebeo Lourenço de Caceres thesoureiro da arca dos assentamentos do Doctor Antonio Pinto noue contos e seiscentos mil reis por compra que fez ha fazenda de sua Magestade de seiscentos mil reis de juro a retro de dezaseis mil reis o milheiro por elle entregou Hector Mendez por esta maneira .ss. em vinte e cinco de mayo deste presente ano de quinhentos e oitenta e noue, cinco contos trezentos e nouenta e quatro mil trezentos e setenta reis, em xb de Julho hũ conto e duzentos mil reis, em xxb de Agosto do dito ano tres contos cinco mil seiscentos e vinte reis que fazem a dita contia de noue contos e seiscentos mil reis os quaes ficão caregados em Receita ao dito thesoureiro em seu Liuro a folhas 317 de que se lhe passou este conhecimento em forma para por elle se lhe fazer padrão dos ditos seiscentos mil reis de juro conforme ha prouisão de sua Magestade facto por mym e assinado por ambos aos xj do mes de outubro do dito ano de quinhentos oitenta e noue Lourenço de Caceres João cabreira

[fol. 111v.^o]

¶ / Pedindo me o dito Doctor Antonio Pinto que lhe mandasse passar padrão em seu nome dos ditos bj^c [mil] reis de juro e visto seu requerimento com o dito aluará e conhecimento em forma acima tresladados por esta presente carta no melhor modo que possa ser e de direito maes valer vendo e ej por vendidos faço venda liure ao dito Doctor Antonio Pinto dos ditos bj^c [mil] reis de tença de juro e herdade para sempre com a dita condição e pacto de retro vendendo das rendas e rendimentos de meus regnos e snhorios etc. na forma dos padrões de juro os quaes bj^c [mil] reis de tença de juro ej por bem que lhe se-jão assentados e pagos na alfandega desta cidade de Lixboa aos quarteis cada quartel do primeiro rendimento della por inteiro e sem quebra posto que a ahj aja per carta geral do primeiro dia do mes de janeiro do ano que vem de quinhentos e nouenta em diante em cada hum ano

pello que mando ao thesoureiro da dita alfandega que ora he e ao diante for que do dito primeiro de janeiro do ano que vem em diante de e pague ao dito Doctor Antonio Pinto e pessoas que esta tença pello tempo succederem os ditos bj^c [mil] reis cada ano aos quarteis por inteiro e sem quebra como dito he sem esperar pella folha que em cada hum ano lhe he enuiada de minha fazenda posto que <não> vão leuados nella sem embargo do regimento em contrario sem pera isso ser maes necessario outra prouisão minha nem dos Vedores de minha fazenda e não o comprindo o dito thesoureiro assy e não lhe fazendo o tal pagamento pella dita maneira ej por bem que encora em pena de cincoenta *cruzados* ametade pera os captiuos e a outra ametade pera quem o acusar e mando ao Ouuidor da dita alfandega e qualquer corregedor ou juiz da dita cidade que facão execução pella dita pena no dito thesoureiro cada ves que nella encorer e lhe for requerido por parte do dito Doctor Antonio Pinto ou pessoas que a dita tença succederem o qual pagamento lhe assy fara por esta só carta geral e pello treslado della que será registada no Liuro dos Registos onde se registão os padrões e cartas geraes das tenças que estão assentadas na dita alfandega por hum dos escriuães della com conhecimento do dito Doctor Antonio Pinto ou da pessoa para receber a dita tença

mando que lhe seja leuado em conta o que lhe pla dita maneira pagar e a Dom Fernando de Noronha Conde de Linhares do meu Conselho d estado e Vedor da minha fazenda que lhe faça assentar os ditos bj^c [mil] reis de juro no Liuro dos juros della constando lhe primeiro per certidão de João Cabreira escriuão do cargo do dito thesoureiro da arca do



dinheiro dos assentamentos de como no Liuro da Receita do dito thesoureiro Lourenço de Caceres no assento que lhe no dito Liuro foi feito dos noue contos e seiscentos mil reis que o dito Doctor Antonio Pinto entregou da compra dos ditos bj^c [mil] reis de juro fica posto verba que lhe foi passado este padrão delles e no aluará neste tresladado se pos verba de como se lhe assj passou da dita contia de tença á conta dos dous contos e quinhentos mil reis que pello dito aluará ouue por bem que se lhe vendessem de minha fazenda em tenças de juro e ao assinar deste se rompeo o conhecimento em forma que tambem nella vaj tresladado dos noue contos e seiscentos mil reis que o dito Lourenço de Caceres recebeo da dita compra e porquanto o dito Doctor Antonio Pinto os entregou e pagou em diuersos dias e meses deste ano presente de quinhentos oitenta e noue como declara o conhecimento em forma e por este padrão ha de começar a vencer os ditos seiscentos mil reis de tença de juro do primeiro dia do ano que vem de quinhentos e nouenta em diante

[fol. 116]

como acima he declarado eu lhe mandej passar aluará para lhe serem pagos da dita alfandega no rendimento della do ano que vem trezentos oito mil oitocentos sesenta e sete reis que lhe montarão aver do dito juro e ano presente / a respeito do que lhe montaua de juro de cada hum dos dias que fez a tal entrega ate fim do dito mes de dezembro conforme a contia que em cada hum dos taes dias entregou como he declarado no aluará que lhe assj mandei passar para lhe ser pago o que auia de auer este ano presente como dito he e por firmeza de tudo lhe mandej dar esta carta de padrão por mym assinada e sellada com o meu sello pendente de chumbo

dada na cidade de Lixboa a xx dias do mes de outubro Manuel Vaz a fez ano do nascimen-
to de Nosso Senhor Iesu Christo de oitenta e noue E eu Ruj Diaz de Menezes a fiz escrever

¶ Outro padrão

¶ Dom Philippe etc. faço saber aos que esta minha carta virem que eu passej hum meu aluará per que ouue por bem alguns respeitos mandar vender de minha fazenda dous contos e quinhentos mil reis de tenças de juro as pessoas que as quizessem comprar de preço de dezaseis mil reis o milheiro a condição de retro e o dinheiro que se por ellas desse se entregara ao thesoureiro d arca do dinheiro de meus assentamentos e se caregasse sobre elle em Receita como se contem no dito aluará de que o treslado he o seguinte

¶ Eu El Rej faço saber etc. na forma do que vaj ja incorporado neste padrão nem maes nem menos com o qual aluará por parte do Doctor Antonio Pinto do meu Conselho e meu desembargador do paço me foi apresentado hum conhecimento em forma de Lourenço de Caceres thesoureiro d arca do dinheiro de meus assentamentos de contia de seis contos e quatrocentos mil reis que recebeo do prouedor e Irmãos da Misericordia e hospital de todos os sanctos desta cidade de Lixboa por compra de quatrocentos mil reis de tença de juro dos dous contos quinhentos mil reis que pello dito aluará mandej que se vendessem de minha fazenda como se contem no dito conhecimento em forma de que outrosj o treslado he o seguinte

¶ Recebeo Lourenço de Caceres thesoureiro do dinheiro d arca dos assentamentos do prouedor e Irmaões da casa da Misericordia e hospital de todos os sanctos desta cidade de Lixboa seis contos e quatrocentos mil reis por compra que fazem ha fazenda de Sua Magestade de quatrocentos mil reis de juro a retro a preço de xbj [mil] reis o milheiro os quaes ficão caregados em Receita ao dito thesoureiro em seu Liuro a folhas 316 e dos ditos seis contos e quatrocentos mil reis se passou este conhecimento em forma pera com elle se fazer o padrão do dito juro feito por mym e assinado por ambos aos xxix dias do mes de mayo de mil quinhentos oitenta e noue Lourenço de Caceres João Cabreira

[fol. 116v.^o]

¶ Pedindo me o dito Doctor Antonio Pinto que porquanto o prouedor e Irmãos da Misericordia desta cidade de Lixboa sem tirarem padrão em nome da dita Confraria e Irmandade confessarão per hum seu assinado que o dito conhecimento em forma pertencia a elle Doctor Antonio Pinto assy e da maneira que pertencia ha dita Confraria e Irmandade da Misericordia porque nelle o trespassauão para se lhe fazer padrão em nome dos ditos quatro centos mil reis de juro como se ouuera de fazer ha dita casa da Misericordia e Irmandade della para os começar a vencer do tempo da data do dito conhecimento em forma porquanto da contia dos ditos seis contos e quatrocentos mil reis da compra delles erão pagos e satisfeitos assj do principal como dos renditos que pello dito Doctor Antonio Pinto lhes entregara Hector Mendez morador na dita cidade como era declarado no dito assinado do prouedor e Irmãos da Misericordia que era feito por Fernão Gomez da Gama da dita confraria e assinado pello Comendador mor Dom Dinis de Lancastre prouedor da dita casa e pelos maes officiaes da confraria della a xxij dias do mes de feuereiro do ano presente de mil quinhentos e nouenta justificada pello Doctor Ruy Brandão fidalgo de minha / casa do meu Conselho juiz de minha fazenda e das justificações della ouesses por bem de lhe mandar passar padrão em nome delle dito Doctor Antonio Pinto dos ditos quatrocentos mil reis de tença de juro

e visto seu requerimento com o dito aluará e conhecimento em forma acima tresladado e o assinado de trespassação dos ditos prouedor e Irmãos da Misericordia e certidão de justificacão ej por bem e me praz que o dito Doctor Antonio Pinto tenha e aja de minha fazenda os ditos quatrocentos mil reis de tença de juro e herdade pera sempre com a dita condicão e pacto de retro vendendo das rendas e rendimentos de meus reinos e senhorios e o direito etc. na forma dos padrões de juro os quaes quatrocentos mil reis de juro ej por bem que lhe sejam assentados e pagos na alfandega desta cidade de Lixboa aos quarteis cada quartel do primeiro rendimento por inteiro e sem quebra posto que a ahj aja por carta geral desde vinte e noue dias do mes de mayo do ano de mil quinhentos oitenta e noue em diante em que o prouedor e Irmãos da Misericordia entregarão o dinheiro da compra delles como consta do dito conhecimento em forma e lhes prouue que do mesmo dia em diante os ouesses e pertencesse ao dito Doctor Antonio Pinto pello que mando ao thesoureiro da dita alfandega que ora he e ao diante for que dos ditos xxix dias do mes de mayo do ano passado em diante de e pague ao dito Doctor Antonio Pinto e pessoas que esta tença pello tempo succederem os ditos quatrocentos mil reis de tença de juro cada ano aos quarteis por inteiro e sem quebra como dito he sem esperar pella folha do assentamento que lhe em cada hum ano he enuiada de minha fazenda



[fol. 117]

e posto que não vão leuados nella sem embargo do regimento em contrario sem para jso ser necessario outra prouisão minha nem dos Vedores de minha fazenda e não o cumprindo o dito thesoureiro assy nem lhe fazendo o tal pagamento pella dita maneira ey por bem que encora em pena de cincoenta cruzados ametade para os captiuos e a outra ametade para quem o acusar e mando ao Ouuidor da dita alfandega e a qualquer corregedor ou juiz da dita cidade que faça execução pella dita pena do dito thesoureiro cada ves que nella encorer e lhe for requerido por parte do dito Doctor Antonio Pinto ou da pessoa ou pessoas que a dita tença succederem o qual pagamento lhe assy fara por esta só carta geral e pello treslado della que será registada no Liuro onde se registão os padrões e cartas geraes das tenças que estão assentadas na dita alfandega por hum dos escriuães della com conhecimentos do dito Doctor Antonio Pinto ou da pessoa que tiuer poder pera receber a dita tença mando que lhe seja leuado em conta o que pla dita maneira lhe pagar e a Dom Fernando de Noronha Conde de Linhares do meu Conselho d estado e Vedor de minha fazenda que lhes faça assentar os ditos iijc [mil] reis de juro no Liuro dos juros della constando lhe primeiro per certidão de João Cabreira escriuão do cargo do dito thesoureiro d arca do dinheiro dos assentamentos de como no Liuro da Receita do dito thesoureiro Lourenço de Caceres no assento que lhe no dito Liuro foi feito dos seis contos e quatrocentos mil reis que o dito Doctor Antonio Pinto pagou e entregou da compra dos ditos iijc [mil] reis de juro fica posto verba que lhe foi passado este padrão delles e no aluará neste tresladado se pos verba de como se lhe assy passou da dita contia de tença e a conta dos / dous contos e quinhentos mil reis que plo dito aluará ouue por bem que se vendessem de minha fazenda em tenças de juro e ao assinar desta se rompeo o conhecimento em forma que tambem nella vaj tresladado dos seis contos e quatrocentos mil reis que o dito Lourenço de Caceres recebeo da dita compra e por firmeza de tudo lhe mandej dar esta carta de padrão por mjm assinada e sellada com o meu sello de chumbo pendente e vaj escrita em tres folhas desta [sic] caderno com esta em que assinej assinada cada hũa dellas ao pe pello dito Conde de Linhares Vedor de minha fazenda

dada na cidade de lixboa a seis dias do mes de marco Manuel Vaz a fez ano do nascimento de nosso senhor Iesu Christo de nouenta

e posto que diga que se porá verba da Receita que se fez a Lourenço de Caceres do dinheiro por que o Doctor Antonio Pinto comprou estes iijc [mil] reis de juro a minha fazenda não se pora senão no assento do dinheiro que por elles derão o prouedor e Irmãos da Misericordia e como depoes pertencerão ao dito Doctor Antonio Pinto pella maneira neste padrão declarado eu Ruy Dias de Menezes o fiz escrever

¶ Pedindo me o dito Deão e thesoureiro da sé da cidade de Lamego e prouedor da Misericordia da dita cidade que porquanto Antonio da Fonseca defuncto em Corte de Roma em seu testamento deixará por usufructuario de sua fazenda ao Doctor Antonio Pinto e que della comprasse tres mil cruzados de renda em bens raiz ou juros que lograria em sua vida e por morte delle dito Doctor Antonio Pinto ficarião aos pobres da dita cidade de Lamego e que serião destribujdos pello Deão e thesoureiro da sé da dita cidade e pello prouedor da Misericordia della e que porquanto outrosy o dito Doctor Antonio Pinto conteudo nos dous padrões acima incorporados era falecido e em comprimento do testamento do dito Antonio da Fonseca comprara hum conto de reis de juro conteudo

nos ditos dous padrões e pertencia o dito juro aos pobres da dita cidade de Lamego distribuidos por elles ditos Deão thesoureiro e prouedor conforme ao testamento do dito Antonio da Fonseca e a hũa sentença que sobre jssso ouuerão como della e da certidão de justificação do juiz das justificações de minha fazenda que disse offerecião constaua lhes mandasse passar padrão do dito conto de reis de juro em seu nome pera o repartirem e distribuyrem pellos pobres da dita cidade de Lamego conforme ao testamento do dito Antonio da Fonseca

[fol. 117v.^o]

E visto por mjm seu requerimento padrões acima tresladados sentença que sobre o caso ouuerão e certidão de justificação ej por bem e me praz que o dito Deão e thesoureiro da sé de Lamego e prouedor da Misericordia della que ora são e ao diante forem tenham e ajão de minha fazenda do primeiro de janeiro deste ano presente de seiscentos e noue em diante o dito conto de reis de tença cada ano de juro e herdade pera sempre pera o repartirem e distribujem pellos pobres da dita cidade na forma do testamento do dito Antonio da Fonseca como dito he e isto com a condição de retro declarada nos ditos padrões e com todas as maes clausullas condições pena e declarações nelles conteudas porque de todas e cada hũa dellas quero e me praz que o dito Deão thesoureiro e prouedor que ora são e ao diante forem usem e gozem e se lhe cumprão e guardem inteiramente sem mingoa nem desfalecimento algum o qual conto de reis de juro lhe será assentado / na alfandega desta cidade de Lixboa assy e da maneira que se pagaua ao dito Antonio Pinto pellos ditos padrões acima tresladados e conforme a elles e mando ao thesoureiro que ora he e ao diante for da dita alfandega que do dito primeiro de janeiro deste ano presente de seiscentos e noue dé e pague ao dito Deão thesoureiro e prouedor o dito conto de reis de juro cada ano aos quartéis per inteiro e sem quebra posto que ahj aja por esta só carta geral e pello treslado della que sera registada no Liuro dos registos das cartas geraes que se registão na dita alfandega por hum dos escriuaes della com conhecimento dos ditos Deão thesoureiro e prouedor ou de seu procurador

mando aos contadores que leuem em conta ao dito thesoureiro o dito conto de reis de juro que lhes assy pagar cada ano e ao Vedor de minha fazenda que lho faça assentar no Liuro dos juros della e do dito janeiro em diante levar cada ano na folha do assentamento da dita alfandega porquanto o assento do dito conto de reis de juro que estaua no Liuro de minha fazenda em nome do dito Doctor Antonio Pinto e assy o registro dos padrões delle do Liuro da chancelaria que já estaua na tore do tomo se riscarão e puserão nelles verbas do conteudo neste como se vio por certidões dos officiaes a que pertencia por as taes verbas que com os ditos padrões acima incorporados e certidão de justificação forão rotas ao assinar desta que por firmeza de tudo lhe mandej dar por mjm assinada e sellada com o meu sello de chumbo pendente

Luis de Lemos a fez em Lixboa a quatro de março de seiscentos e noue Sebastião Perestrelo o fez escrever

diz a entrelinha - não . e o raspansado . assinado

Conçertada

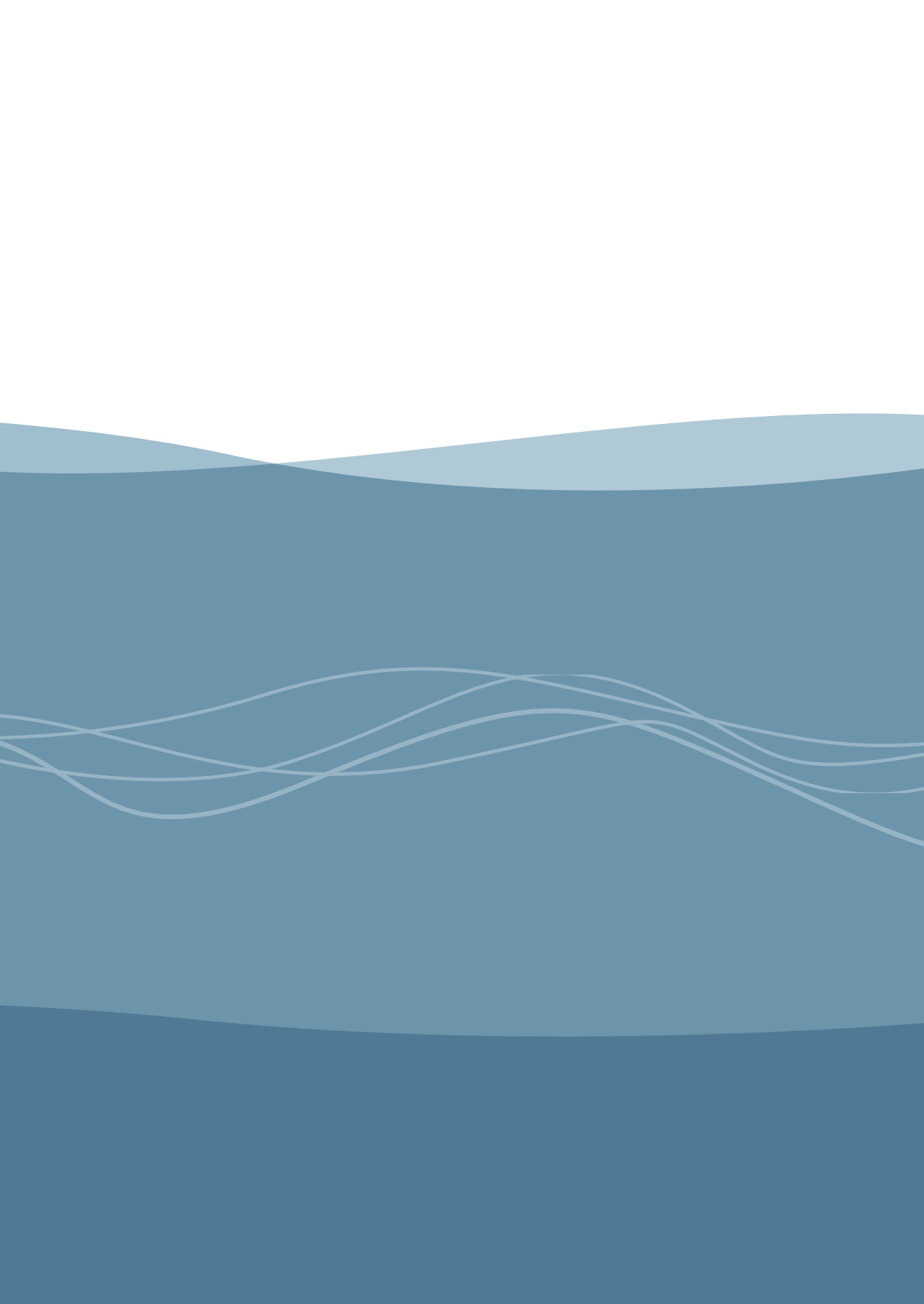
Luis d abreu de Freitas

Chancelaria de D. Filipe II, Livro 19, fols. 111r-117v, ANTT.

Bibliography

- BARROS, A. J. M. (2013), "Os negócios e a aritmética. Bento Fernandes e as redes cristãs-novas do Porto no século XVI": A. ANDRADE, J. TORRÃO & J. COSTA (eds.), (2013), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII)*. Porto, Aveiro, Câmara Municipal do Porto, Biblioteca Pública Municipal, Universidade de Aveiro, 51-74.
- CARVALHO, J. (1927), *A Livraria dum letrado do século XVI*. Frei Diogo de Murça. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- COSTA, M. G. (1977-1992), *História do bispado e cidade de Lamego*, 6 vols. Lamego, Barbosa & Xavier Limitada.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, A. (2016) "El hombre práctico en Roma: familia y méritos en la elección de agentes curiales de la Monarquía Hispánica": F. SÁNCHEZ-MONTES GONZÁLEZ, J. J. LOZANO NAVARRO & A. JIMÉNEZ ESTRELLA (eds.), *Familias, élites y redes de poder cosmopolitas de la monarquía hispánica en la edad moderna, siglos XVI-XVII*. Granada, Comares, 57-80.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, A. (2018), "Mercaderes de la gracia: las compañías de negocios curiales entre Roma y Portugal en la Edad Moderna": *Ler História* 72, (2018) 55-76.
- LEAL, M. P. S. (1733), *Discurso apologetico, critico, juridico e historico, em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e Documentos, que affirmou, e referio na Conta dos seus Estudos, que dera na Academia Real, na Conferencia 8. de Novembro de 1731. A respeito do Sacro, Pontificio e Real Collegio de São Pedro*. Lisboa Occidental, na officina de Joseph Antonio da Sylva.
- LOBO, R. P. (1999), *Os colégios de Jesus, das Artes de de São Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano*. Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.
- MATEUS, S. B. & NELSON NOVOA, J. W. (2013), "A Sixteenth Century Voyage of Legitimacy. The Paths of Jácome and António da Fonseca from Lamego to Rome and Beyond": *Hispania Judaica Bulletin* 9 (2013) 169-192.
- NELSON NOVOA, J. W. (2014), "The Foncescas of Lamego betwixt and between commerce, faith, suspicion and kin": *Storia economica* 17.2 (2014) 195-220.
- NELSON NOVOA, J. W. (2014b), "Kinship and Nação in the Will of António da Fonseca, merchant banker of Lamego": *Armas e Troféus*, IX série, tomo XVI, (2014) 259-293.
- NELSON NOVOA, J. W. (2014c), "A Portuguese New Christian in his father's footsteps. Manuel Fernandes da Fonseca in Rome (ca. 1556-1625)": *Estudis. Revista de Historia Moderna* 40 (2014) 71-90.
- NELSON NOVOA, J. W. (2014d), *Being the Nação in the Eternal City. Portuguese New*

- Christian Lives in Sixteenth Century Rome*. Peterborough, Baywolf Press.
- NELSON NOVOA, J. W. (2018), "António and Francisco Vaz Pinto: Portuguese New Christian homens da nação in the Court of Rome": B. FEITLER & C. STUCZYNSKI (eds.), *Portuguese Jews, New Christians and 'New Jews': A Tribute to Roberto Bachmann*. Leiden, Brill, 227-247.
- NELSON NOVOA, J. W. (2019a), "Una red mercantil y de influencias entre la península ibérica y Roma: los derroteros paralelos de Antonio de Fonseca y Antonio Pinto": B. PEREZ, M. F. FERNÁNDEZ CHAVES & R. M. PÉREZ GARCÍA (eds.), *Mercaderes y redes mercantiles en la Península Ibérica, siglos XVI-XVIII*. Paris, Éditions Hispaniques, Universidad de Sevilla, Cátedra Alberto Benveniste de Lisboa, 87-101.
- NELSON NOVOA, J. W. (2019b), "La nação entre la corte y la ciudad. Los cristianos nuevos en la ciudad eterna": A. I. LÓPEZ-SALAZAR CODES & F. MORENO DÍAZ DEL CAMPO (eds.), *La monarchia hispánica y las minorías. Élités, poder e instituciones*. Madrid, Silex, 311-338.
- OLIVAL, F. (2004), "Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal": *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004)151-182.
- PAILE, M. A. (1951), *Santo António dos Portugueses em Roma*, vol. II. Lisboa, União Gráfica.
- PINTO, A. G. (2010), "António Pinto: Oração académica (1555). Introdução, fixação do texto latino, tradução e anotações de António Guimarães Pinto": *Cadernos Vianenses* 44 (2010) 111-149.
- SÁ, A. M. (1977), "Livros de uso de Frei Diogo de Murça": *Boletim da Biblioteca de Coimbra* 33 (1977) 69-110.
- SÁ, A. M. (1982), "A universidade vimarense do século XVI (1537-1550)": *A Universidade de Guimarães no século XVI (1537-1550)*. Paris, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, 567-581.
- SABATINI, G. (2007), "La comunità portoghese a Roma nell'età dell'unione delle corone (1580-1640)": C. J. HERNANDO SÁNCHEZ (coord), *Roma y España. Un crisol de la cultura europea en la Edad Moderna*. Madrid, Sociedad estatal para la acción cultural exterior, 847-874.
- VASCONCELOS, A. (1938), *Os Colégios universitários de Coimbra*. Coimbra, Coimbra Editora.
- WISCH, B (2019), "Building Brotherhood: Confraternal Piety, Patronage and Place": P. M. JONES, B. WISCH & S. DITCHFIELD (eds.), *A Companion to Early Modern Rome, 1492-1692*. Leiden, Brill, 214-233.





ÁGORA

S6

Diálogos

Luso-Sefarditas

No centro do frontispício da magnífica Bíblia de Ferrara (1553), saída dos prelos do cristão-novo Duarte Pinel/ Abraão Usque, encontra-se a imagem simbólica de uma nau ostentando uma esfera armilar, que se agita, em plena tempestade, no mar revolto, com o mastro da gávea quebrado, fustigada pelos fortíssimos ventos soprados pelas figuras divinas que ornamentam as margens do rosto. Foi nosso desejo, neste volume, que estes ventos do passado continuassem a dar vida, no presente, aos fecundos diálogos luso-sefarditas havidos ao longo de séculos, já não num clima tempestuoso, como no tempo em que a Bíblia foi dada à estampa, mas antes de diálogo, de reflexão e de tolerância.



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

cllc

centro de línguas, literaturas e culturas

CHS C

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA



FCT

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia